

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE NOVEMBRO**

ATA N.º 6/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 6/2018

1. Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, no Fórum Cultural “A Praça”, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 10 minutos, tendo estado presentes todos os membros convocados.
2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.
3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Seródio Mendes (1.º Secretário), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Diogo Penha Marmeleira, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, Tiago André Hortelão Aldeias, Maria João Teresa Ribeiro, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel A. Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Elsa Caeiro, os Vereadores, Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques**, verificando a existência de condições para o início dos trabalhos, saudou todos os presentes.
6. Informa os membros que têm dois bilhetes para assistir, no dia vinte e nove de novembro do presente, ao concerto da Orquestra Ligeira do Exército, em Setúbal e que existe transporte para quem pretende ir às 19.45h na Câmara Municipal, agradecendo quem não quiser ir ao concerto para devolver os mesmos.
7. Deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, questionando se algum dos membros tem alguma alteração à proposta da ata n.º 4 de 2018, da reunião extraordinária de setembro.
8. O **Membro Vale de Gato** saúda todos os presentes, informa que existe uma incorreção na referida ata, no ponto 199, em que se refere que foram duas abstenções do PSD, quando o PSD votou contra.
9. O **Membro José Leitão** saúda todos os presentes e informa que a Bancada da CDU irá votar contra a ata, porque no ponto 180 a ata faz juízo de valores, passando a ler: “não estando reunidas as condições para proceder à votação da proposta apresentada pela Presidente da Assembleia Municipal a mesma não foi considerada”, sendo que isso não aconteceu, é uma interpretação e que existiam condições para a votação da mesma.
10. Não havendo mais propostas de alteração, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado, por maioria**, com 14 votos a favor (13 do PS e 1 do PSD) e 5 votos contra (CDU) (não participaram na votação, por não terem estado presentes os Membros Valentino Cunha, Vítor Serrano, Maria João T. Ribeiro e Ricardo Videira) o **Projeto de Ata n.º 4/2018**, referente à sessão realizada no dia 14 de setembro de 2018.

11. A **Membro Maria João** indica que há uma correção a fazer à Ata, no ponto 193, onde consta **Membro Tiago Aldeias**, tem de constar cidadão **Tiago Aldeias** por este ter feito a sua intervenção enquanto público.
12. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e apresenta em nome da Bancada do PS, uma **Moção “Sobre o encerramento das Estações de Correios dos CTT ou transformações em postos de correio”**. (Anexo 33/18)
13. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pela Bancada do PS, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Moção “Sobre o encerramento das Estações de Correios dos CTT ou transformações em postos de correio”**. (Anexo 33/18)
14. O **Membro Tiago Aldeias** apresenta em nome da Bancada da CDU, uma **Moção “Em defesa dos serviços dos CTT prestados às Populações do Concelho de Vendas Novas, ao País e aos Portugueses”**. (Anexo 34/18)
15. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pela Bancada da CDU, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 votos contra (PSD), a **Moção “Em defesa dos serviços dos CTT prestados às Populações do Concelho de Vendas Novas, ao País e aos Portugueses”**. (Anexo 34/18)
16. O **Membro José Leitão** refere que está espantado, porque ao chegar à Assembleia depara-se com o documento sobre o OSCAR “Oficina solidária sempre pronta a ajudar”, com o convite para estar presente na Sessão de Apresentação do OSCAR, juntamente com um folheto com toda a descrição do mesmo e, depois de olhar para a ordem de trabalhos, vê que no 11.º ponto irá ser votado o projeto de regulamento do Programa OSCAR.
17. Questiona o que vêm fazer à Assembleia Municipal, referindo que se não é para fazer nada se vão embora. O que está presente é uma falta de respeito pela Assembleia Municipal e o Executivo da Câmara Municipal deveria ter vergonha de insultar a Assembleia com a apresentação desse documento.
18. Solicita que o documento seja retirado das mesas das bancadas da Assembleia Municipal, por afirmar ser um insulto aos eleitos da Assembleia Municipal.
19. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita a retirada do folheto.
20. O **Membro Valentino Cunha** informa que a Bancada do Partido Socialista gostaria de conservar o folheto.
21. A **Presidente da Assembleia Municipal** solicita a retirada do folheto apenas da bancada da CDU mantendo o folheto na Bancada do PS.
22. O **Membro Ricardo Videira** saúda na sua pessoa os Membros da Assembleia Municipal, a **Presidente da Assembleia Municipal**, público presente e na pessoa do **Presidente da Câmara Municipal** também presente os restantes Vereadores e, refere que aquilo que a bancada da CDU referiu é um facto. Estando na iminência de votar a criação de um novo mecanismo de apoio da Câmara Municipal a pessoas carenciadas que não foi discutido na Assembleia Municipal, existe um convite para participar numa cerimónia como se estivesse aprovado.
23. Alude que é uma falta de respeito pelo Órgão, que é uma falta de respeito pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** e que o documento deveria ser retirado a pedido da **Presidente da Assembleia**, de todas as mesas.

24. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem a certeza que o folheto não foi feito com essa intenção que o membro Ricardo Videira alega, que foi a boa intenção de dar conhecimento logo do projeto. Sendo que a Bancada do PS quer manter o folheto, vai manter o folheto.
25. O **Membro Ricardo Videira** apresenta em nome da Bancada do PSD, a **Recomendação “Comparticipação Financeira das Famílias para Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) no Município de Vendas Novas”**. (Anexo 35/18)
26. Enquanto os serviços distribuem a Recomendação pelas Bancadas, enquadra que a Recomendação tem a ver com a participação financeira das famílias nas atividades de animação e apoio à família do Município de Vendas Novas, que como se sabe e como foi contextualizado oportunamente pela Bancada do PSD, entregaram um requerimento a respeito dessa matéria e a Câmara Municipal teve a amabilidade de responder e que infelizmente não respondeu a todo o conteúdo do requerimento e queria fazer essa chamada de atenção à Senhora Presidente. Seria muito importante que filtrasse, de alguma forma, as respostas da Câmara Municipal e garantisse que a Câmara Municipal oferece à Assembleia Municipal a informação de que necessita para fazer o seu papel fiscalizador, o que não aconteceu em resposta ao requerimento que foi apresentado pela Bancada do PSD.
27. Numa segunda instância, refere que esse propósito tem sido um verdadeiro “mar de trapalhadas” desde que foram definidos as novas verbas para participação das atividades de apoio à família. As famílias não foram atempadamente informadas, os valores das participações foram aprovados em agosto e revistos em outubro e inclusive o próprio cálculo terá sido mal feito pelos serviços da Câmara Municipal e consequentemente foram mal cobrados os valores das taxas aos Municípios.
28. Essa situação infelizmente não se deve repetir e, gostaria de deixar muito claro que, do ponto de vista do PSD, é uma situação muito grave e recomenda que a Câmara Municipal tome diligências e adote medidas para que isto não se repita, pelo que passa a ler a Recomendação.
29. O **Membro Ricardo Videira** acha o assunto de extrema importância, que deve ser um assunto muito caro e por isso tomaram a liberdade de fazer algumas simulações dos valores que estão a ser pagos pelas famílias. Apresenta um pequeno exemplo para demonstrar o que está a ser feito, em termos de taxas nessa componente.
30. Se um agregado familiar com um pai, uma mãe e um filho, em que os pais ganhem em média 600€ líquidos por mês, logo 1.200€ líquidos por mês para a família, de acordo com o regulamento, se pagasse uma renda de casa de 350€, hipoteticamente, estaria no 3.º escalão. Até ao ano letivo passado, pagaria 18€ por mês destas atividades de apoio à família. Este ano em que os aumentos foram introduzidos pagaria 28€, sendo um aumento de 55% e a tendência é para se agravar à medida que vamos subindo de escalões.
31. Refere o que está presente é o contrário do que foi proposto no programa que foi levado a sufrágio em 2017, pelo Partido Socialista, que era baixar as taxas. Não é aumentar as taxas brutalmente sobre as famílias e, nomeadamente, sobre as famílias que têm filhos.
32. Por isso, entendem que este é um assunto que deve ser debatido, tendo ainda a expectativa de gerar um debate a propósito disso, não só uma recomendação e que, ficassem calados a ouvir.
33. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Recomendação apresentada pela Bancada do PSD, tendo sido **rejeitada**, por **maioria**, com 15 votos a contra (PS), 8 votos a favor (6 da CDU e 2 do PSD), a **Recomendação “Comparticipação Financeira das Famílias para Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) no Município de Vendas Novas”**. (Anexo 35/18)
34. A **Membro Clarisse Fernandes** apresenta em nome da Bancada da CDU, uma **Moção “Contra o encerramento de serviços no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas”**. (Anexo 36/18)

35. O **Membro Valentino Cunha** informa que o Partido Socialista partilha das preocupações com a estratégia de investimento que possa existir nas escolas, nomeadamente, a falta de pessoal e da estratégia que possa ser seguida. Obviamente compreendem que muita dessa estratégia não é competência do Município, nem de competência direta da Assembleia Municipal, mas pensa que o Executivo do Município deverá estar atento à evolução da situação, nomeadamente, face à questão dos refeitórios, para depois, dentro das suas competências, possa fazer junto da Direção do Agrupamento de Vendas Novas, aquilo que achar melhor para resolver a situação.
36. O **Membro Custódio Vale de Gato**, agradece a palavra e informa que a Moção merece da parte da Bancada do Partido Social Democrata, uma posição que é de dicotomia. A mesma tem aspetos com os quais estão em absoluto acordo e tem outros em relação aos quais acham que não se deve interferir, sendo que há aspetos que são de exclusiva gestão da escola, nomeadamente a gestão das instalações, a gestão dos serviços. Compete à direção da escola e aí entendem que não é curial que uma bancada de membros da Assembleia Municipal interfira no que são as competências de gestão da escola.
37. Por outro lado, refere que há aspetos e que são públicos, em que a Bancada do Partido Social Democrata de Vendas Novas tem vindo a debater-se, nomeadamente com as condições ou com a falta delas, nas instalações escolares, na organização, na falta de pessoal.
38. Afirma que isso não é uma questão de competência, como foi dito na intervenção anterior é, uma questão de incompetência deste governo socialista ou desta “geringonça” que é mais do que socialista.
39. Menciona que, o que está em causa, é que a escola tem sido votada ao abandono e portanto, há um conjunto de circunstâncias ou falta de condições que levam a que tudo aquilo que seja a gestão da escola, naturalmente, não pode ser positiva.
40. Imaginando a dificuldade que qualquer pessoa que seja, que tenha em gerir um parque escolar degradado, sem pessoas, sem meios, computadores da geração anterior, cadeiras partidas, naturalmente que não terá, com certeza, um bom resultado, ou seja, “sem ovos não se fazem omeletes”.
41. Estando divididos entre essas duas realidades, uma que é da gestão da escola que não se devem meter e outra que é a falta de condições e, aí sim, até é de resto uma bandeira do PSD e ficam muito satisfeitos de existir outras forças políticas que acordaram para este problema e que vieram a juntar-se ao PSD, mesmo depois de terem votado contra moções que o PSD havia apresentado, vendo isso com alguma animação que haja um ato de contrição relativamente a essa postura.
42. Menciona, contudo, que a Bancada do PSD se vai abster na votação da Moção, mas com essa realidade bem expressa.
43. O **Membro Valentino Cunha** refere que a Bancada do Partido Socialista vê com especial animação o facto de ser essa “geringonça”, a que garantiu um investimento para a escola, nomeadamente para a requalificação dos telhados e retirada do amianto que, no anterior governo, não existiu porque o investimento nas escolas de Vendas Novas, no anterior Governo foi “zero”.
44. Sublinha ainda que se hoje existe um problema e se levantam questões sobre haver só uma papelaria e um refeitório no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas é porque o anterior governo fundiu as duas escolas numa só e que, se isso não tivesse acontecido provavelmente nos dias de hoje, existiriam dois refeitórios e duas papelarias, uma em cada escola.
45. O **Membro Custódio Vale de Gato** comenta que, primeiro que tudo, como “São Tomé”, é preciso antes de embandeirarmos em arco, ter as coberturas resolvidas no período temporal que foi adiantado e como, é uma pessoa mais velha, mais céptico, só depois de ver é que acredita, referindo que, de qualquer maneira, as coisas estão como estavam, sendo as promessas a única coisa que têm.

46. Diz também que a fusão das papelarias, de refeitórios, etc... são questões de gestão e inserem-se exatamente naquilo que disse anteriormente.
47. Refere que nem o Membro Valentino, nem ele, sabem se a decisão foi mais ou menos acertada. Poderá ter sido acertada ou se calhar não foi acertada. O próprio não é capaz de o dizer, pois não tem elementos para isso e se o Membro Valentino os tem que os revele e que diga quais foram os números, o que é que foi prejudicado, eventualmente em termos do serviço, em termos da qualidade da oferta do serviço aos alunos e informe se tem dados concretos.
48. O **Membro José Leitão**, em tom de nota, indica que até há pouco tempo, o refeitório que hoje se encontra encerrado, não encerrou no início do ano letivo, encerrou há pouco tempo, ou seja, encontrava-se a funcionar. Se tivesse encerrado no início do ano letivo eventualmente, poderiam dizer que era por falta de pessoal ou existia falta de verba, fosse por que fosse. Mas não, ele encerrou há meia dúzia de dias e, por isso haviam funcionários naquele refeitório para prestar aquele serviço, daí lhes parecer que, o encerramento do refeitório é um pouco impercetível visto que os funcionários estão lá e, conseqüentemente, não se perceber a razão, a não ser que não haja dinheiro para pagar o gás, a luz, etc, sendo um facto que desconhece.
49. Segundo, estranha muito a posição do PSD ao dizer que “estamos perante uma medida de gestão da escola”, sendo uma visão muito restrita quanto à Bancada da CDU, porque relembra que a Escola de Vendas Novas está inserida em Vendas Novas. As crianças que frequentam aquela escola predominantemente são de Vendas Novas, as famílias daquelas crianças são predominantemente famílias que vivem neste concelho e os membros da Assembleia Municipal são eleitos pela população do Concelho de Vendas Novas, como tal, esse argumento não lhe parece caber mas “dá de barato” e aceita opinião democraticamente.
50. Refere que é a opinião do PSD e é um direito que lhes assiste, apesar de não se reverem na posição de PSD ou na sua argumentação.
51. Menciona que é sabido que a CDU, aquando das eleições legislativas, avançou com a hipótese de o governo vir a constituir, ou o PS, vir a constituir um governo maioritário e a viabiliza-lo, e é sabido que nessa intervenção foi dito que em tudo aquilo que consideram que é benéfico para este país, viabilizarão. No restante não o fazem, ou seja, o tentar “colar” sempre o PCP e PEV, não referindo o Bloco de Esquerda, pelo facto de não ter presença na Assembleia Municipal de Vendas Novas, ao PS não tem cabimento, sendo que em muitas votações, já aconteceu, o PS votar com o PSD e com o CDS, assim como o PC votar com o PSD na Assembleia da República. Já aconteceu com variadas coisas, por isso a história de virem sempre com a história da “geringonça” não “cola”.
52. É evidente que aqui também se revêm no argumento que o PSD utiliza na contestação à intervenção do Membro Valentino Cunha sobre a substituição do telhado, do amianto, pedindo desculpa ao Membro Valentino, mas é um bocado como o OSCAR. Primeiro tem de ver se realmente acontece e depois falam.
53. No que concerne à questão da fusão das escolas acha, que se há força política que tem algum argumento para falar sobre esta questão é a bancada da CDU, porque na Assembleia da República sempre foram contra a constituição dos Mega Agrupamentos contrariamente ao PS, ao PSD, e ao CDS, que também não está representado na Assembleia Municipal de Vendas Novas, que sempre subscreveram estes mega agrupamentos, sendo estes mega agrupamentos que agora dão os problemas com que se deparam.
54. O **Membro Ricardo Videira** refere que o que importa neste ponto, e sendo essa a sua interpretação, não é tempo de debater as questões de gestão, mas sim e fundamentalmente as questões políticas que conduziram à situação em que nos encontramos e que fazem com que as decisões de gestão tenham que ser tomadas. São conseqüências políticas que tem sido praticadas pelos sucessivos governos, sejam eles centrais, sejam eles autarquias e nesse sentido, faz uma pequena retrospectiva histórica como é que chegamos a 2013 ou 2012, 2011, sem condições para fazer obras na escola.

55. Lembra ao Membro Valentino que, no Governo do Senhor José Sócrates Pinto de Sousa, que conduziu este país à falência e que houve necessidade de resgatar o país com uma Troika que tanto mal se dizia dela aquando da gestão do Governo PSD.
56. Lembra que esse mesmo Governo do Senhor José Sócrates Pinto de Sousa, do Partido Socialista, tinha um programa chamado “Parque Escolar” no qual foram intervencionados muitas e muitas escolas, onde foram gastos milhões a mais do que aquilo que seria necessário com “devaneios” de arquitetura, com “devaneios” de especificidades que não fazem sentido para o nível de educação que as pessoas precisam e procuram, algumas delas no nosso distrito. Gastou mais numas e nada nas outras. Isso é política, é definir prioridades, é definir estratégias.
57. A estratégia do “Parque Escolar” definida pelo Partido Socialista e pelo Senhor José Sócrates Pinto de Sousa, ao qual a sua Ministra da Educação na altura chamou “uma festa”, foi um dos fatores que contribuiu para a ruína do país que o PSD teve que resgatar no Governo do Dr. Pedro Passos Coelho, o qual acabou de atacar.
58. Menciona ainda que o Membro Valentino ou a Bancada do PS, alguns com filhos na escola votaram contra uma moção apresentada pelo Partido Social Democrata a propor precisamente que se exortasse o Governo a fazer obras na escola.
59. É aquela história em que primeiro se diz sim e depois diz-se que não, que votaram contra uma moção apresentada na Assembleia Municipal de Vendas Novas, que propunha fazer obras na escola e a consequência disso é estarem neste momento a falar, a confrontar diretamente que a Bancada do PS votou contra. E passado um mês ou dois enviaram uma carta para o Ministério da Educação a pedir para fazer obras na escola, e agora vêm aqui embandeirar em arco a substituição da cobertura. Foi aquilo que foi anunciado pelo Sr. Presidente da Câmara.
60. Refere ainda que não é só da cobertura que estão a falar. Naquelas escolas e se tiverem oportunidade de as visitar, sendo que a Bancada do PSD já o fez por duas vezes, uma sozinhos e outra com um Deputado da Assembleia da República, sendo que o Parque Desportivo está completamente deteriorado. Para além das infiltrações no telhado, tem infiltrações em paredes, têm áreas com risco de queda de estuques, os tetos estão deteriorados, os computadores têm 10/15 anos, estando completamente obsoletos, referindo que telemóveis que possuem são mais potentes que os computadores da escola dos nossos filhos e, estão a embandeirar em arco da troca da cobertura, sendo importante sim, mas a intervenção estrutural que é necessária nas escolas não só dignifica, mas que permite desenvolver as aptidões dos nossos filhos não estão garantidos. E enquanto não estiverem garantidas, o PSD vai lutar por isso e espera que o Partido Socialista, enquanto partido do Governo, também o faça.
61. O **Membro Valentino Cunha** lembra que gostaria de não estar sempre a mencionar questões de política nacional, mas quando se é levado a falar de derrapagens que aconteceram no parque escolar e que obviamente, olhando para as situações concretas dessas derrapagens, muitas delas pessoalmente concorda que tenham sido derrapagens abusivas, não se podem esquecer que durante o Governo que sucedeu ao tal José Sócrates Pinto de Sousa, do Partido Socialista, também foi o governo responsável por derrapagens de milhares de milhões de euros em SWOPS no Novo Banco, no Banif, em privatizações. Lesa-pátria que hoje vemos bem qual é que é o estado das empresas públicas que entretanto foram privatizadas ao desbarato e, portanto, olhando para todas as medidas, uma derrapagem numa escola pode ser ou pode ter uma consequência menos gravosa do que uma derrapagem num banco ou na má gestão das empresas públicas que foram privatizadas e que hoje estamos abraços com problemas nomeadamente com os CTT, como presentemente já foi referido.
62. Refere que fazer um branqueamento e achar que o que é “Deus no céu e Passos Coelho na terra” parece-lhe um pouco abusivo, tendo em conta que a saída limpa, como se sabe bem, não foi nada limpa, foi suja e um ano e tal depois, ainda estávamos em risco de ter sanções por parte da Comissão Europeia.

63. Aqui parece-lhe que a Bancada do Partido Socialista não embandeirou em arco nenhum. Apenas mencionaram aquilo que serão os próximos passos expectáveis por parte do Governo, da tutela, neste caso e nos investimentos que as escolas terão.
64. Pegar nisso, nessa pequena lembrança e dizer que o PS embandeirou em arco, quando tomou apenas trinta segundos ou um minuto da intervenção desta bancada, é fazer quase o inverso de uma “tempestade num copo de água”. O facto de terem votado contra essa tal moção referida, em que pedia ao Município que entrasse em contacto com o Governo para resolver a situação das escolas, contactos esses, que já tinham sido tomados por parte do Município, não tendo sido só uma carta que foi emitida, foi enviada, havendo também contactos diretos com a Secretária de Estado da Educação, Adjunto de Educação e que também visitaram o Agrupamento.
65. E portanto, o Partido Socialista irá sempre, em qualquer circunstância, defender o investimento necessário para as escolas do Concelho, para todos os serviços públicos do Concelho e essa defesa não depende de moções totalmente parciais, naquilo que é a análise aos problemas que existem e que dão valorização das ações de um partido político local.
66. Continuam de consciência tranquila, a lutar pelos interesses dos Vendasnovenses, sem fazer mais “espalhafato” do que aquilo que lhes é exigido, que é trabalhar pela resolução dos problemas e não fazer apenas fogo-de-vistas.
67. O **Membro Ricardo Videira** refere que o debate está a tornar-se interessante, lamentando não o ter existido relativamente às atividades de apoio à família.
68. Pelo facto de ter sido mencionado a visita da Sr.ª Secretária de Estado, foi com agrado e ficaram sensibilizados com a Câmara Municipal, no momento em que divulgaram a fotografia da colocação das coberturas, a fotografia que colocaram no facebook tinha o Vereador Joaquim Soeiro, do PSD, vereador que neste momento não está no executivo, esteve até 2017 e participou precisamente nesse processo, era uma bandeira do PSD e continua a sê-lo, vindo da atividade do mandato anterior.
69. Diz também e apenas para lembrar, que o Novo Banco faliu porque o PSD e o CDS no Governo o deixaram falir, porque o que foi alimentado durante anos não foi isso. Em segundo lugar, lembra das brutais PPP que foram investimentos feitos durante o Governo do Sr. José Sócrates Pinto de Sousa que tinha Mário Lino, Manuel Pinho, que era aquele grupo de investidores, que negociavam com a Venezuela. Faziam aqueles grandes investimentos e que nos conduziram a défices brutais que por sua vez levaram a um resgate, que infelizmente ainda hoje estamos a pagar.
70. Lembra que não foi por acaso que houve uma política de restrição durante quatro anos e meio e que continua a existir uma política de restrição, se bem que com prioridades diferentes, há uma história que nos persegue e, essa história não pode ser escamoteada por palavras. O Partido Socialista tem responsabilidade ao ter conduzido o país à bancarrota.
71. O **Membro Vítor Serrano** chama a atenção para os presentes que se está a desviar a conversa, pois começou-se na escola e já se está num panorama político-nacional.
72. Menciona que não pode deixar de frisar que, na última legislação do PSD e CDS houve um desinvestimento brutal e o encerramento de serviços, desde tribunais, escolas, centros de saúde e agora esta “geringonça” está a tentar colmatar, de alguma forma, e pede desculpa ao Membro Leitão referindo que não conhece a CDU na Assembleia. Conhece o Partido Comunista e os Verdes e que a “geringonça” é capaz e talvez consigam aquilo que tanto anseiam, que não é o total, mas é um começo. Quando há um investimento que são as obras e que já foram referidas, se essas forem feitas, podem ser feitas mais algumas.
73. A **Presidente da Assembleia Municipal** chama a atenção que se está a sair do tema central da Moção apresentada.

74. O **Membro Vale de Gato** refere que parece que se está, mas não se está, dizendo que não há política central que não tenha reflexos na política local, logo o que se está a discutir é importante, de modo a que se perceba o que foi feito de errado para que no futuro não se repita.
75. Dirige-se ao Membro Vítor dizendo que, de facto, a política do PSD e do CDS no Governo anterior foi aquela que foi possível pela bancarrota que o Partido que representam deixou e, alude que não foi seguida a estratégia que está a ser feita no presente, a das cativações, estando toda a gente a reclamar os pagamentos que não estão a ocorrer, quer sejam os transportadores, os prestadores de transporte de doentes etc., que reclamam milhões e milhões que não estão a ser pagos, assim também faz boa gestão, comprando serviços, atribuindo serviços, servindo as populações, mas depois não pagam a quem os presta portanto, vão sacrificar os privados para fazer serviços públicos.
76. O **Membro Valentino Cunha** refere que a sua intervenção será muito breve e, de modo a não fugir ao ponto, informa que tomou nota de existir a crítica de sacrificar os privados para fazer o serviço público, porque reconhecem ao PSD que prefere sacrificar o público para servir os privados.
77. Para concluir que, de hora em diante não vai reconhecer à Bancada do PSD nenhuma crítica, quando estiver a desviar-se do ponto e a fazer as interrupções que fizeram em algumas assembleias atrás, por esse facto.
78. O **Membro José Leitão** pede desculpa por prolongar este ponto, mas há um ditado velho que diz que deve-se “ver para crer como São Tomé”, por isso em relação ao telhado vão ver para crer.
79. Menciona que há uma ausência de memória sobre a questão da dívida e do Senhor José Sócrates Pinto e Sousa, porque em 2007 a dívida pública portuguesa era de 68,4%, em 2008 de 71%, em 2009 de 83%, em 2010. Já no governo PSD-CDS de 96%, em 2011 de 111,4%, em 2012 de 126%.
80. E relembra que em 2008 tiveram uma chamada crise do sub-prime, independentemente dos disparates que o Senhor José Sócrates fez, relembra que tanto PSD, como CDS, como o PS resolveram socializar os prejuízos no setor financeiro e dos disparates do setor financeiro com o dinheiro dos contribuintes e, daí um disparar da dívida pública. Refere, é dos livros de economia e parece-lhe que é tranquilo, por isso é um bocado abusivo e fora do contexto da Moção, vir argumentar que o José Sócrates levou à falência o país e, não se retrata de forma alguma, naquele grupo de pessoas que defendem o José Sócrates e fazem umas “almoçaradas” e umas cantigas. Não tem nada a ver com isso, mas é uma falsidade histórica e que acha que não se deve deixar passar em branco.
81. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção apresentada pela Bancada da CDU, tendo sido **aprovada, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), a **Moção “Contra o encerramento de serviços no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas”**. (Anexo 36/18)
82. O **Membro Tiago Aldeias** questiona o Presidente da Câmara Municipal ou os Vereadores, referindo que a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto previa que o Governo, em colaboração com as Autarquias, criasse ou modernizasse uma rede de centros de recolha oficial de animais. Em novembro de 2017 foi aprovada e incluída no orçamento de estado 2018, uma proposta do Partido Ecologista “Os Verdes” para que os centros de recolha oficial de animais tivessem uma verba, que houvesse um apoio incluído no orçamento de estado para a modernização ou para a criação destes centros de recolha de animais, para além de outra verba também, com o objetivo da realização das técnicas de esterilização.
83. O que questiona é qual foi o trabalho da Autarquia feito para o cumprimento desta Lei e de que modo é que a Autarquia se empenhou para poder, de alguma forma, aproveitar estas verbas que foram incluídas no orçamento de estado do corrente ano de 2018, por iniciativa do Partido Ecologista “Os Verdes”.
84. Por outro lado, também gostariam de perceber porque é que os animais do chamado canil municipal, durante um período deste ano foram retirados desse espaço e depois foram novamente reintegrados. Gostariam de perceber também a que é que isso deveu.

85. A **Presidente da Assembleia Municipal** relembra que a pergunta terá de ser feita novamente no ponto da Atividade Municipal para que o Presidente da Câmara Municipal possa responder.
86. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** dá por encerrado o período antes da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – **FIXAÇÃO DAS TAXAS NO ÂMBITO DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

87. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.
88. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteiras Dias**, cumprimenta todos os presentes e solicita permissão para apresentar em conjunto os três pontos seguidos, de forma a rentabilizar o tempo, no que dizem respeito aos impostos municipais a fixar no próximo ano, independentemente, da Assembleia Municipal os ter de votar em separado e da discussão até poder ser feita também em conjunto, como for preferível.
89. Em relação àquilo que apresentam e que propõem à Assembleia Municipal é apenas a manutenção dos impostos que têm até ao ano 2018 e numa ótica também de não ter ainda havido alterações significativas quer do ponto de vista social para as famílias, quer do ponto de vista económico, que também afeta, no caso da derrama, as empresas. Portanto, havendo os mesmos pressupostos base não sugerem, nem aumentar, nem diminuir. Propõe a manutenção dos impostos municipais, no caso do IMI com a taxa de 0,34% e com a aplicação do IMI familiar, no caso do IRS da participação variável 0,5% e da derrama 1,5%.
90. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que apesar dos três pontos terem sido apresentados juntos, os vão tratar em separado.
91. O **Membro Custódio Vale de Gato** propõe que se comente os três pontos em conjunto, sendo isso uma disponibilidade da Bancada do PSD.
92. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que pela sua parte não existe qualquer tipo de impedimento se as restantes bancadas concordarem. A votação será toda em separado.
93. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere dois ou três aspetos que estão em linha com o que tem sido a posição da Bancada do PSD na Assembleia Municipal. Indica que existem três tipos de impostos, o IMI, que incide sobre as famílias, a derrama que incide sobre as empresas e também, no que refere às entidades singulares, o IRS.
94. Em relação ao IMI faz apenas um reparo, que é mais de semântica, que é coincidente com os textos dos anos precedentes e que a Câmara Municipal insiste em dizer que poupa quatrocentos e qualquer coisa mil euros aos cidadãos, achando aqui a história do “copo meio cheio, meio vazio”. Só se poupa se as pessoas o tivessem de pagar, estando aqui um mero exercício de semântica, que é como dizer a um parceiro “deves-me 10€ mas, olha não deves 10€ só deves 5€”.
95. Achando que é de certa maneira abusivo, estar a repetir-se que se poupa aos municípios quatrocentos e qualquer coisa mil euros. O que não se cobra é os quatrocentos mil euros e portanto insere-se dentro de uma política.

96. Refere que de uma certa maneira a recolha do IMI, tem vindo também a beneficiar alguma coisa da regularização dos valores patrimoniais tributários e que também ajuda a que a base tributária aumente e, portanto, as taxas cobradas traduzem-se num maior valor absoluto em termos do cobrado, mencionando que não é um aspeto particularmente relevante, sendo apenas uma questão mais de semântica.
97. No que tem a ver com as outras duas rubricas, as famílias e com as pessoas singulares, o IRS e a derrama, sendo que no caso da derrama julga que já tem vindo a insistir nisso, que não sabe se é um bom incentivo às empresas. Insiste que o Concelho precisa da fixação de empresas, precisa de uma verdadeira e real política da atração de investidores para o tecido empresarial em Vendas Novas. Não sabe se insistir na derrama é efetivamente um incentivo a essa mesma fixação ou se isso não prejudica o outro pacote de acolhimento às empresas, como seja, a facilidade de redução de taxas de licenciamento.
98. Finalmente e, relativamente aos 5% de IRS, refere que não é, de facto, coincidente com aquilo que se diz que se quer beneficiar as famílias e que se quer distribuir às famílias, estando a cobrar-se o máximo que é possível cobrar. Refere que não estão a fazer favor nenhum, não estando a incentivar nada em termos de recolha de proveitos das famílias.
99. O **Presidente de Câmara Municipal** esclarece que teve o cuidado de dizer que é um exercício de manutenção dos impostos, não fazendo autolouvoures nenhuns e, apesar de estar em dia de “Black Friday” não precisa de se comprar e está perfeitamente convencido do trabalho que estão a desenvolver.
100. Em relação às questões que são apresentadas pelo Membro Custódio Vale de Gato em referência aos quatrocentos mil euros, refere que há efetivamente a possibilidade do Município, que possui poucas receitas, sempre e todos os anos de cobrar em IMI mais verba do que aquela que definem depois as taxas que acabam por cobrar, havendo uma conta que é feita e que é simples, com taxa máxima, tal como tantos Municípios do país possuem e sem IMI familiar, eram mais de quatrocentos mil euros que entrariam nos cofres da Câmara Municipal e que dariam um jeito, para muita e boa obra.
101. Menciona que quando diz que o Município baixou a taxa de IMI no mandato anterior, diz que aplicam essa redução, logo que há quatrocentos mil euros de que a Câmara Municipal abdica em favor das famílias.
102. Em relação ao IRS é claramente uma posição ideológica e cálculo porque as famílias que estão a beneficiar são aquelas que pagam IRS, logo, neste caso concreto, a taxa só se aplica às famílias que pagam IRS e quem tem de receber IRS não é afetado pela medida.
103. No caso da derrama, salienta que atravessámos um período conhecido internacionalmente de crise económica e, durante esse período, a receita do Município com a derrama sempre foi uma receita baixa. Nunca existiu, fruto de derrama, uma grande receita da Câmara Municipal, mas a verdade é que passou-se por um período de crise económica, com a taxa sempre igual (1,5%), no momento em que o Parque Industrial de Vendas Novas, que felizmente e, através de uma estratégia criada pelo executivo da Câmara Municipal, que já apresentaram várias vezes e está a dar resultados, conseguiu atrair empresas que estão neste momento a construir naquele espaço, esperando que muito em breve abram portas e comecem a laborar. Trata-se de um Parque Industrial mais dinâmico, mais capacitado, com mais investimentos e também num momento económico-financeiro diferente daquele que foi ultrapassado felizmente, não lhe parecendo que haja necessidade de um sinal fiscal, havendo outros sinais como o Membro Custódio Vale de Gato sabe e que fazem parte de um “pacote” que a Câmara Municipal tem aprovado para haver incentivos reais à atração e fixação, não à laboração, que no caso 1,5% da derrama que assenta sobre os lucros das empresas em sede de IRC e, portanto, não julgam que fosse o ano ideal para fazer “mexidas” até porque, o Parque Industrial está a crescer, está a atrair e estão a ser criados novos postos trabalho, riqueza e, é isso o pretendido pelo executivo.
104. Em relação aos três impostos, a proposta é de manter para não afetar a estabilidade financeira do Município, porque tem nas receitas, nomeadamente, no IMI, uma das mais importantes, mas também

porque não há, neste momento, um sentimento de necessidade de o fazer. Sempre mostraram essa abertura, sempre que sentiram que é necessário, como foi o caso do ano 2015, julga, quando baixaram o IMI, referindo que se encontra na plateia uma pessoa que estava do lado do executivo e que também, certamente se recordará, porque foi sentido que as famílias precisavam desse apoio, não estando neste momento a mexer, estão a manter.

105. Não existe, neste aspeto, nenhum autolouvor ao que está a propor. Acha que é perfeitamente normal e natural.
106. O **Membro Valentino Cunha** salienta que o pedido de redução da derrama já é um pedido que foi reforçado no orçamento para 2018, também pela Bancada do PSD e percebem e assinalam a coerência de que é ideologia do PSD reduzir os impostos sobre as empresas, não comentando obviamente, este facto em tons acusatórios, embora discordem dele, porque ainda está por comprovar que a redução de impostos sobre as empresas leve à melhoria do nível de vida, não só dos trabalhadores dessas empresas, mas também dos trabalhadores e das populações em geral. Neste caso é quase uma competição, entre estado e municípios, para ver quem que tem a taxa mais baixa que depois acaba por prejudicar todos e, Portugal perde muito, não por existir uma taxa de IRC elevada, sendo que na Holanda e Luxemburgo fazem uma competição fiscal que é completamente desajustada áquilo que poderia ser a solidariedade Europeia e até uma competição que não é justa para com os países do Sul, que têm que atravessar sempre mais dificuldades e têm uma capacidade produtiva menor.
107. Só lhe resta questionar o que que teria de ser feito para compensar o valor da redução da derrama. Se era aumentar o IMI em 0,05 pontos percentuais ou 0,04 ou 0,03, para compensar cento e oitenta mil euros.
108. Ou se era reduzir a algumas atividades porque quando referem ao não baixar a taxa de comparticipação variável do município no IRS, 5% para um valor inferior e se diz que assim não se dá nada às famílias, o Município de outra forma. Senão, por maioria de razão, estariam contra todos os impostos e, os impostos servem precisamente para redistribuir e pedir um esforço adicional a quem tem mais rendimento para ajudar quem tem menos.
109. Salienta ainda que grande parte das famílias portuguesas acaba por não pagar qualquer tipo de IRS, logo também não seria beneficiada pela redução da comparticipação variável. Trata-se pois de um jogo entre receitas e despesas e se procuram reduzir as receitas, também certamente, se terá de reduzir despesas e fica a questão de onde é feita a redução das despesas.
110. O **Membro Ricardo Videira** refere que o Membro Valentino Cunha tem tentado “colar” a Bancada do PSD, a velha história de colar às empresas, negando-o. O que procuram é o equilíbrio entre os esforços que são pedido às empresas e às famílias, para que a sociedade se desenvolva.
111. Relativamente ao IMI, dá como exemplo ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que se o Ministro das Finanças, Mário Centeno, dissesse quanto é que abdica de IRS aos cidadãos portugueses, quantos milhares de milhões de euros seria a conta, se o IRS fosse 50%, 60% ou 70%, referindo que é uma questão de semântica, de comunicação, o que não lhes parece a melhor forma de transmitir que tem um alívio nesta questão em particular.
112. Questiona se não interessa às famílias que pagam IRS, as famílias da classe média que pagam IRS não têm que ser acauteladas, não têm que ser incentivadas a fixar-se no concelho. Têm que pagar mais taxas para ter os filhos nas atividades de apoio à família ou têm, como refere o folheto de campanha do PS, onde diz “queremos Vendas Novas mais solidária, inclusiva”, diz especificamente Membro Valentino, “redução da taxa de IRS”. Pasmem-se, a referida taxa, sendo que os Membros do PS acabaram de argumentar que não é possível baixar, mas têm mais “de beneficiar os Vendasnovenses com a criação do cartão do munícipe, a revisão das tabelas e taxas de tarifas municipais. Acabaram de comentar que as aumentaram e que seja visto bem a coerência da argumentação que foi utilizada, com aquilo que foi sufragado há um ano atrás em 2017.

113. Menciona que relativamente às taxas que existe também um argumento que lhe parece fraco que é o ponto 3, quer da argumentação do IRC, quer da argumentação do IRS, em que diz “numa época de fortes constrangimentos financeiros é, especialmente importante garantir um equilíbrio no esforço que é solicitado às famílias e às empresas do nosso Concelho” e depois taxamos o máximo, questionando onde está a coerência nessa argumentação. Não lhes parece que seja a argumentação correta, se for dito que o Município não tem condições de abdicar destas taxas para manter o seu equilíbrio. É um considerando com o qual não podem compactuar. Agora dizer que é importante garantir este equilíbrio e depois taxar ao máximo, não faz muito sentido.
114. O **Membro Custódio Vale de Gato** não sabe se percebeu bem quando o Senhor Presidente diz que as pessoas que pagam IRS e recebem IRS, então a sua intervenção deixa de ter o sentido que queria dar. No entanto, dizer que, efetivamente como o colega de bancada acabou de referir, não são de facto só as pessoas com grandes rendimentos que pagam IRS. A isenção de IRS é muito baixa, são pessoas de modesta condição que iniciam logo a base do pagamento de IRS, poder-se-á dizer que é menos, claro que o é. Referindo-se ao Membro Valentino Cunha, é isso mesmo a construção do IRS, é exatamente para fazer as correções que paga mais quem mais recebe. Portanto, o IRS já tem esse mecanismo, não precisamos de ir introduzir nenhum mecanismo adicional no IRS para que volte a fazer aquilo para o qual foi construído, que é, tentar corrigir as assimetrias em termos de rendimentos versus pagamento de imposto.
115. Por fim diz ao Senhor Presidente que ninguém falou na venda da sua imagem, o Presidente é que a assumiu tendo referido a “Black Friday”, podendo tratar as coisas com ligeireza, mas com respeito e, é a segunda vez que se dirigiu à Bancada do PSD com afirmações que são menos próprias para um Presidente de Câmara.
116. O **Presidente da Câmara**, em resposta ao membro Custódio Vale de Gato, aludiu que no dia em que precisar de recomendações sobre o que deve fazer e sobre a conduta que deve ter, agradece-as, mas que as pode guardar para si mesmo.
117. Em relação à redução de IRS previsto no programa eleitoral do PS, trazida pelo Membro Ricardo Videira, o programa eleitoral do PS também tem um horizonte temporal largo e portanto como pode continuar a ler-se no programa eleitoral, há um conjunto de projetos, propostas e medidas que num primeiro ano não executaram, como é óbvio, e acha que é um exercício fácil de fazer.
118. Em relação ao aumento de taxas, recorda que o PSD se esqueceu quando criticou o acerto nas taxas da AAAF, que com o PSD neste executivo há 4 anos atrás, em 2014, o aumento foi precisamente o mesmo que foi aplicado este ano 50%, precisamente o mesmo aumento e, portanto, se não fez as contas em relação ao comparativo, acha que o devia fazer, porque é um acerto que fazem de 4 em 4 anos e que é um acerto baseado na lei. Portanto, atirar para cima da Câmara Municipal a responsabilidade de acertar taxas sim, fazem-no uma vez por mandado, com a noção do que a lei determina, do custo do serviço efetivo. Garante que a Câmara Municipal continua a assumir muito do custo desse serviço e, tratando-se também de uma questão de princípio, é um período não letivo em que as crianças se puderem, devem estar com a família e não querem que isto seja um depósito de crianças, pós horário letivo, que infelizmente pelo ritmo da vida da nossa sociedade vai acabando por acontecer. Portanto, tem que haver de facto equilíbrio e equilíbrio fundamentado na legislação vigente que também interessa analisar.
119. Menciona que, em 2014, foi aumentado em 50% e agora promoveram um novo aumento de atualização, e portanto sobre as taxas e IRS, tem dito.
120. Sobre a derrama refere que não faz códigos de impostos. Em relação à questão do IRS para as famílias não há, da parte da Câmara Municipal, nenhuma responsabilidade em atribuir em relação à definição daquilo que está na legislação. O que fizeram obviamente é, uma tentativa teórica de equilibrar contas, de fazer projetos, ações e investimentos contando com as receitas que puderem e se, durante as últimas décadas, não foi cumprido a lei das finanças locais, há um conjunto de argumentos que não o ouviram pronunciar repetidamente. Contam com o que têm, não podem abdicar de tudo o que têm, sendo que o IMI foi revisto na proporção do que era possível naquela altura. Quanto ao IRS,

não é ainda o momento para o executivo Municipal lhe puder mexer. No caso da derrama, quando há crescimento económico, quando as empresas têm mais lucro, também não parece que seja agora o momento de abdicarem desta taxa.

121. Lembra o Membro Ricardo Videira que não esqueceram os vendasnovenses em momento algum e cada cêntimo que lhes pedem, o querem devolver.
122. O **Membro Valentino Cunha** esclarece que a sua intervenção ficou um pouco esvaziada com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal e menciona que não tentou “encostar” o PSD às empresas. Apresentou simplesmente factos que o PSD defendeu já no último orçamento Municipal, nomeadamente a redução da derrama e que está alinhado com a coerência que têm também a nível nacional, de pressão dos impostos sobre as empresas, por isso é que propõe neste orçamento de estado a redução do IRC sobre as empresas, com o impacto que isso tem de largas centenas de milhões de euros. Portanto, não foi nenhum “encostar” do PSD às empresas, foi simplesmente constatar um facto, neste caso até de coerência com o argumento de hoje do último Orçamento municipal.
123. O **Membro Ricardo Videira** em resposta ao Presidente da Câmara Municipal refere que sabe que não se esqueceu dos vendasnovenses e, se esquecesse, estariam para o lembrar, sendo esse o seu papel e é isso que estão a fazer neste momento.
124. Relativamente ao acerto das AAAF, nesse momento o Senhor Presidente respondeu ao repto, a Bancada do Partido Socialista não o fez, dando as boas vindas ao debate. O acerto de 50% há quatro anos tem um determinado contexto. Ele não pode continuar a ser de 50% de quatro em quatro anos, porque senão é uma tendência exponencial. O que acontece presentemente é que 50% em cima de 50%, não faz sentido, é esse especto que tocam e, principalmente nos escalões superiores e, o senhor Presidente terá a recomendação da Bancada do PSD e, consegue verificar que há escalões em que o aumento é de mais do que 50%. Há escalões cujo aumento é de 100% ou acima dos 100%.
125. Menciona que o executivo tem os números e que tiveram inclusivamente a necessidade de rever, colocar um limitador no escalão máximo. Sabem aquilo estão a aplicar às famílias e o incentivo ou não que estão a dar. Mas vai um pouco mais longe, uma vez que debatem nesta fase e que é um tema que lhes é caro e que, para a Bancada do PSD é muito importante e que esse depósito de crianças, que não querem também que aconteça, pode passar também o desafio pela Câmara Municipal, que em vez de ser um “depósito de crianças”, que se desenvolvam as aptidões dessas crianças. Que se criem meios, que se criem mecanismos, para que essas crianças aproveitem esse tempo para se desenvolverem, para se tornarem competitivos para o mundo global em que vivem e não um “depósito”. Sendo este um desafio do Senhor Presidente e da Câmara Municipal, a recomendação foi feita pelo PSD precisamente nesse sentido.
126. O **Presidente da Câmara** refere que não pode participar no debate antes da ordem do dia e informa o Membro Ricardo Videira que não é isso que se está a debater, mas só a título de informação demonstra que a preocupação sempre serão aqueles alunos cujas famílias menos têm. Portanto, quem tem escalão A não paga e quem tem escalão B paga menos.
127. Menciona que os escalões são evolutivos em função dos rendimentos das famílias. Numa ótica de justiça social, quem mais tem, mais contribui. Chegam a um teto máximo porque se aperceberam, e esse exercício foi feito só depois de conhecerem as famílias que iam beneficiar do serviço, que havia uma cobrança superior àquele que era o custo estimado que tinham do próprio serviço, o que era injusto. Era injusto cobrar mais do que o serviço custa, que no patamar de equilíbrio do serviço ficava a 85€ se não está em erro e, portanto, acha que também procederam bem. Se havia famílias a pagar muito mais do que isso e o serviço está quantificado em 85€, não fazia sentido cobra-lo e portanto corrigiram e, esse é um ato de humildade que tem de ser reconhecido.
128. Informou ainda que, de alguma forma, contínua a haver desequilíbrio na despesa e receita das AAAF. Sim e sempre haverá. Há, da parte Câmara Municipal, uma assunção social desse custo e, têm que continuar a fazer, mas não vai entrar no debate das AAAF quando se está a discutir IRS, derrama e

IMI. Na Atividade Municipal se for necessário, poderão voltar a esse tema para ser debatido até porque depois poderia passar a palavra aos Vereadores que têm os pelouros, sendo o que acha que é mais justo.

129. Sobre os impostos municipais, informa que não tem mais a acrescentar.
130. O **Membro Ricardo Videira** refere que aceita o repto de debater no final. Porém, apenas relembra o senhor Presidente que sabia os utentes que tinha, porque eles foram de 2017/2018. Tinha uma tabela apenas à documentação que foi à reunião de Câmara Municipal no dia 22 de agosto, que dizia quais eram os alunos e quais eram os escalões do ano precedente.
131. Menciona que poderia perfeitamente estimá-lo. Poderia e estimou, tem uma perceção evolutiva dos extratos sociais do concelho. Não pode vir dizer que não tem essa informação, porque o histórico existe e têm-no, portanto, deliberaram fundamentados numa tabela e ela está lá, precisamente, porque ela é útil para quem delibera.
132. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a proposta de, no âmbito do Código do Importo Municipal sobre Imóveis, ficar uma taxa de 0,34% a aplicar aos prédios urbanos, de acordo com o n.º 1 do artigo 112.º do CIMI e fixar uma redução da taxa do IMI de 20€, 40€ ou 70€, respetivamente para agregados com 1, 2 e 3 ou mais dependentes a cargo.**

2.º Ponto – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO MUNICÍPIO NO IRS

133. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 2.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de fixar em 5% a participação variável do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Vendas Novas, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

3.º Ponto – FIXAÇÃO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTADO DO IRC

134. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 3.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de Derrama (1,5%) a lançar sobre o lucro tributável sujeito e não isento sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.**

4.º Ponto – PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2019 (ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO)

• Orçamento 2019

• Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)

135. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
136. O **Presidente da Câmara** agradece a palavra e em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para o ano de 2019, arrisca usar três palavras para o definir e que, obviamente, que são uma análise do executivo que de alguma forma também elaborou as GOP, sendo suspeitos, mas a verdade é que é um orçamento rigoroso, focado e inclusivo.

137. Rigoroso, na medida em que continua uma estratégia de cinco anos. Tem uma estratégia que alinha a despesa em função da receita real prevista a cobrar.
138. Focado, porque está claramente alinhado com uma macro estratégia que têm vindo a seguir e a apresentar também aos vendasnovenses e que foi, no fundo, também, cuja bitola foi o ato eleitoral realizado no ano 2017 e, essa macro estratégia aqui detalhada e desenvolvida para o ano 2019.
139. Por último inclusivo, porque envolveu não só as visões do executivo municipal, com toda a legitimidade que tem para apresentar visão naquilo que será o orçamento, mas também ouvindo as oposições. Depois de assumido o erro do ano passado em que não houve as reuniões obrigatórias ao abrigo do estatuto de oposição, desta vez houve a preocupação de analisar as propostas e de perceber que, muitas delas, iam ao encontro daquilo que era também a visão do Executivo Municipal para Vendas Novas.
140. Além disso, houve o cuidado de, mesmo não expressando diretamente e ficando presentemente assumido e registado em ata, irão trabalhar no sentido de desenvolver as matérias que são preocupações dos partidos da oposição e que, de alguma forma, não dependam inteiramente e em exclusivo da Câmara Municipal e, portanto, questões como Julgados da Paz, questões como o parque para viaturas pesadas, são questões que não estando inscritas com verbas obviamente no orçamento, vão fazer parte das preocupações do ano 2019 e trabalharão no sentido de ir ao encontro disso mesmo.
141. Por último, inclusivo é também ouvir os vendasnovenses. Sabem que o ato eleitoral foi há pouco mais de um ano mas, a verdade é que as perspetivas, as ambições são evolutivas e não são estáticas e, nesse sentido, também a estratégia deve ser dinâmica e foi isso que se procurou fazer, apresentando aos vendasnovenses aquilo que tinham como visão macro para o ano 2019, ouvindo as preocupações que deles advinham para incluir o que era necessário dentro do documento.
142. A verdade é que é um documento alinhado também, daí o rigor, com um conjunto de princípios que estão talhados na introdução e que serão as principais prioridades para o ano 2019.
143. Em primeiro lugar e como não podia deixar de ser, aquele que foi assumido na Assembleia Municipal, que é o eixo um da Higiene e Limpeza Urbana. O orçamento do ano 2019, mesmo que não fizesse mais nada, estava alinhado para tentar resolver o problema da Higiene e Limpeza Urbana, implementando a estratégia que veio ao conhecimento da Assembleia, intitulada “Vendas Novas + limpa”.
144. O segundo eixo, para implementar aqueles que são os projetos do plano estratégico, Desenvolvimento Urbano, a Área da Mobilidade Sustentável e da Reabilitação Urbana como segundo grande destaque, implementando e realizando aquelas que são as obras dos projetos que já têm concluídos ou em conclusão, durante o ano 2019, desenvolvendo os projetos que têm para continuar a implementar e a trazer para Vendas Novas todo o dinheiro comunitário que puderem.
145. O terceiro assenta nas infraestruturas básicas e, também, no Município de Vendas Novas onde encontram questões como a renovação da frota Municipal, com um peso de noventa e um mil euros, entre todas as rubricas de investimento em frota.
146. Mas também com a requalificação e investimento nas estradas do Município, deixando um alerta e um apontamento nesse capítulo, em que teve a oportunidade de esclarecer na reunião de Câmara. Têm em orçamento oitenta e cinco mil euros e não é a verba que se prevê gastar no ano de 2019, porque ninguém se esquece, que há um saldo transitado para entrar em abril no orçamento e, será aqui votado em Assembleia Municipal.
147. Em quarto lugar, a coesão social. Todos os projetos que têm e não põe sequer a hipótese de acabar com eles, que promovem e sustentam uma cidade mais justa e mais igualitária aqui em Vendas Novas, quer sejam eles da área social, na área cultural, sejam eles na área desportiva ou na educação, são os projetos que são a matriz do executivo, que foram criados durante 4 anos e que são obviamente para manter.

148. Refere a atribuição, por exemplo, dos cadernos de fichas de apoio aos alunos do 1.º ciclo, fala dos medicamentos para os idosos, fala de projetos que são a matriz ao nível da coesão social.
149. Segue-se ainda o desenvolvimento económico e, aqui destacam-se três áreas de investimento que pressupõe que são consensuais também entre todos os membros e entre todos os vendasnovenses.
150. Em primeiro lugar, continuar o projeto de desenvolvimento da StartUP Alentejo - Vendas Novas Empreende, que no presente está a terminar mais uma fase de ampliação e muito em breve com uma candidatura para financiamento para a terceira fase de expansão, uma vez que existem empresas neste momento em lista de espera, para acolher em Vendas Novas.
151. A segunda subdivisão deste eixo número cinco, que tem a ver com a continuidade de um projeto que já foi referido que é a atratividade de empresas para o nosso Parque Industrial. Apesar de terem algumas em construção e a fixar-se em Vendas Novas, a verdade é que não basta e sabem que o motor de crescimento e desenvolvimento está assente também no Parque Industrial e, historicamente sempre foi assim. Do ponto de vista do executivo, tem que continuar a ser assim com mais empresas, com mais emprego, com mais pessoas e com mais geração de riqueza.
152. Por último, um eixo na área económica e que não está ligado tão diretamente às empresas propriamente ditas, embora também esteja, que tem a ver com a assunção da marca “Vendas Novas - Capital da Bifana”. Há a aposta no “desenho” de uma estratégia que, em todos os âmbitos de atuação, envolva os empresários e também as instituições, numa ótica de ter um princípio, um meio e um fim, uma estratégia de promoção do grande produto de Vendas Novas, aquele que em qualquer ponto deste país, e até lá fora, já nos faz conhecidos e, portanto, uma estratégia que vai muito para além da Feira da Bifana, que vai muito para além do criar uma instituição de charneira que una todos, de trabalhar para o registo das casas e certificação das Casas de Bifanas, uma estratégia concreta, agrupada e uma visão panorâmica do que são realmente as Bifanas de Vendas Novas.
153. Por último, a conclusão de outros projetos de investimento estratégico que, transitaram obrigatoriamente, do ano 2018 para o ano 2019, como seja, o caso do campo sintético onde, por força das vicissitudes que já foram apresentadas e não se consegue concluir no presente ano e que, portanto, transita em sede de orçamento, também para o ano 2019, bem como a requalificação da Entrada do Sul do Concelho.
154. No total de dez milhões duzentos e vinte e nove mil euros de receita e despesa, um valor um pouco abaixo, não muito, mas um pouco abaixo do orçamento do ano passado e que, de alguma forma também, representa aquilo que foi dito no início: orçamento rigoroso, com as receitas estimadas em função daquelas que são as previsões realistas e não em função daquelas que seriam aquelas mais otimistas, que gostariam de ter. Esperam que ao longo do ano, acabe por suceder o que aconteceu este ano, com a aprovação de outras candidaturas, que façam entrar mais dinheiro nas contas da Câmara Municipal.
155. Em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento era a introdução que gostaria de fazer, disponibilizando-se, obviamente, para esclarecer a Assembleia Municipal.
156. O **Membro Tiago Aldeias** apresenta uma questão breve, que lhe surgiu repentinamente enquanto ouvia o senhor Presidente, quando referiu e bem, aliás pela primeira vez que é Presidente da Autarquia, ouviu a população, indo às localidades para construção do orçamento.
157. Contudo questiona e, pelo que percebeu, a última sessão realizou-se a 30 de outubro nos Campos da Rainha. Lamenta que na Marconi não tenha havido nenhuma e o orçamento foi à reunião de Câmara logo no dia 31, achando de uma eficácia espetacular, que é conseguir ouvir a população no dia 30 e no dia 31 já ter incluído alguma coisa que possa ter vindo da reunião do dia 30 e no dia 31 já estar no orçamento.

158. Aproveitou também para dizer que é de louvar e que é realmente um desafio, que o Partido Socialista e anteriormente, no anterior mandato, com o PSD e agora sozinho, consiga pegar no Parque Industrial, nas Bifanas e em tantas coisas, que são uma marca da CDU e um trabalho de quarenta anos da CDU. Refere que, se chegasse agora, até achava que tudo era obra do PS e do PSD. O registo da marca das bifanas e a grande dinamização das bifanas, enquanto marca representativa do Concelho de Vendas Novas, é impossível desligá-lo da CDU e até a Feira das Bifanas, embora agora tenha outro nome.
159. O **Membro José Leitão** diz ter alguma dificuldade porque não sabe por onde começar, referindo que o senhor Presidente disse que tinha três aspetos fundamentais nesse orçamento, seria rigoroso, focado e inclusivo por isso, rigoroso o senhor Presidente fala da capital da bifana mas a estratégia de promoção é da Bifana de Vendas Novas, não é da capital da bifana. Ainda rigoroso, os valores de projeto das GOP, alguns deles variam de 2017 para 2018 e 2018 para 2019, nas respetivas GOP's, de valores de dez mil euros para cinquenta mil euros e depois voltam a ser valores de dez mil euros, por isso deve ter a ver com rigor.
160. Focado, acreditam porque os eixos que são apresentados no presente, nada tem a ver com os eixos que foram apresentados no ano passado, nem com os eixos que foram apresentados do ano anterior, nem com os eixos que foram apresentados antes do ano anterior, ou seja, todos os anos existem novos eixos, por isso esta “focagem”, parece-lhe um bocado desfocada.
161. Por fim, inclusivo, é tão inclusivo, mas tão inclusivo, que este ano nem falam do orçamento participativo. Mas refere o seguinte, este ano as Grandes Opções do Plano apresentam oito a nove projetos de atividades e três de investimentos, trazendo do ano 2014, um de atividades e um de investimento.
162. Trazem de 2015, um de investimento, trazem de 2016, cinco de atividades e trinta de investimento, trazem de 2017, dois de atividades e quatro de investimento e por fim trazem de 2018, quarenta e sete projetos de atividade e trinta e cinco projetos de investimento.
163. Concluem que estes projetos podem, eventualmente, os das atividades até faz sentido, tal como as festas do concelho e outras situações. Aceitam e são projetos que mantêm ao longo dos anos. Na parte dos investimentos, o que se assiste é que eles se vão arrastando ao longo dos anos, por isso tem um em 2014, um em 2015, trinta em 2016, quatro em 2017 e trinta e cinco em 2018. Em relação a 2019 concluem também que, não há um único projeto destes de investimento novo que apareça, que seja novo, porque o I1 de 2019, que diz “conservação e reparação de edifícios do 1.º ciclo” é o I14 de 2014, o I2 2019 que diz “equipamento transporte escolar do 1.º ciclo” é o I16 de 2014 e o I3 2019 que diz “aquisição e manutenção de viaturas de resíduos sólidos” é o I30 de 2014.
164. Também refere que aparece outra coisa espantosa que é relativa aos projetos que são elencados ao longo dos variados eixos. Alguns não constam nas GOP's, passando a citar a “oficina solidária OSCAR” não consta nas GOP's. O Senhor Presidente pode dizer que isso não vai ter despesas, mas que é bom lembrar que havia um projeto que era o I11 de 2018 e que dizia “gabinete de pequenas reparações” que é o equivalente ao OSCAR e esse estava nas GOP's e este ano não está, por isso o argumento não “cola”.
165. As “Princesinhas”, as bicicletas, não constam nas GOP's. A aquisição do aparelho de raio-x para o serviço de medicina dentária no Centro de Saúde no valor de oito mil euros, não consta das GOP's. O “mais perto” não consta nas GOP's. O “parque para viaturas pesadas” e referindo-se apenas ao que aparece nos eixos, também não consta nas GOP's, sendo que depois aparece sim, em conjunto, as questões das carrinhas, do camião e uma série de coisas.
166. Das infraestruturas municipais que são apresentadas, que são “dois armazéns no estaleiro municipal”, a “cobertura do mercado municipal”, “o centro de recolha oficial de animais” e “requalificação do canil municipal”, só aparece a “requalificação do canil municipal” nas GOP's. O “gabinete de apoio à inclusão” não consta das GOP's, a “Academia Sénior” não consta das GOP's e o “orçamento participativo” não consta nas GOP's.

167. Refere também que o “apoio à construção do novo quartel dos bombeiros” aparece no orçamento com e, que deve ter sido um problema no Excel quando estenderam, que dá trinta mil euros em 2018, trinta e um mil euros, em 2019, trinta e dois mil euros, em 2020 e trinta e três mil euros, em 2022, sendo o que está escrito quarenta mil euros por ano e o que está lá são estes valores.
168. Salaria ainda que há projetos que desaparecem nas GOP's este ano e passa a citar: “a realização do capital social do fundo de apoio municipal” que tinha previsto cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros, nos anos 2019, 2020 e 2021 desapareceu das GOP's. “Controle de perdas de água” também desapareceu. O “Programa Cultural em rede” desapareceu. O “Apoio ao investimento em infraestruturas desportivas de uso coletivo” também desapareceu. A “Loja do cidadão” que tinha trezentos mil euros, também desapareceu. “O programa intermunicipal de combate ao insucesso escolar” que tinha para 2019, 2020 e 2021, mil euros, também desapareceu. O “Gabinete Municipal de Psicologia” que tinha cinco mil euros em 2019 e 2020 desaparece. O “programa municipal de atletismo e caminhada” que tinha sete mil euros para 2 anos, 2019, 2020 e 2021 também desaparece. O “cartão do munícipe” desaparece. A “educação para o risco” desaparece. O “banco local de voluntariado” desaparece. O “programa actividade” que tem uma ligação com a CIMAC, também não consta e, ainda neste dia na reunião com a CIMAC ele consta dos documentos para os próximos anos e tinha três mil euros por ano. A “Comissão de Protecção de Crianças e Jovens” desaparece. O “Nascer cá” também não consta. “As noites de verão” desaparecem. O “Programa Municipal de Educação Cultural e Artística” tinha dez mil euros em 2019 e 2020 e cinco mil em 2021, também desaparece. A “Estratégia de eficiência energética do Alentejo Central” dão-lhe sumiço a vinte mil euros para cada ano. O “Programa Municipal de desenvolvimento de produtos locais” a quinhentos euros, cada ano, também e o “Parque Urbano” que para 2019, tinha trinta e cinco mil euros, desaparece também.
169. Em relação às GOP's pensa que estão esclarecidos, ou seja, o Senhor Presidente tem dez milhões, duzentos e vinte e nove mil e duzentos e vinte e oito euros, mas coloca nas GOP's três milhões seiscentos e noventa e quatro mil e cinquenta e seis euros, sendo que a verba definida é de dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil euros. Ou seja, o senhor Presidente fica com sete milhões, um “saco azul”, para fazer aquilo que lhe apetece, ou seja, não escarpeliza nas GOP's como devia fazer, o que se propõe fazer.
170. Ou seja apresenta um orçamento que é uma incógnita e, conseqüentemente, perante um orçamento deste estilo, e foi-lhe dito também pelos Membros da Bancada da CDU, na Câmara Municipal pelos Vereadores da CDU, que este documento é não mais de que uma cópia dos documentos previsionais de 2016, 2017 e 2018.
171. Não se estende mais por conhecida a argumentação apresentada na Câmara Municipal pelos Vereadores da CDU, para dizerem que da parte da Bancada da CDU este orçamento é evidente que é reprovado.
172. O **Membro Custódio Vale de Gato** faz algumas pequenas observações. Naturalmente, como já foi dito pelo senhor Presidente o orçamento é uma continuidade do anterior. De resto, até no texto ou, até alguma falha no copy/paste, onde é referido e apresentado o mapa de pessoal 2017, verifica-se de facto que houve “plágio”, uma cópia do orçamento do ano passado para o deste ano, mas isso é de menos importância, porque é apenas para atestar que é um orçamento em linha de continuidade ou mais do que isso, de colagem com os anteriores.
173. Refere um especto que está ligado com o outro ponto que iremos analisar a seguir e que gostaria de enfatizar, porque isso sim, compromete os compromissos do Município com o futuro, e é preciso que todos tenhamos consciência daquilo que está no orçamento e que resulta de um ponto que irá analisar de seguida e que tem a ver com admissão de mais pessoas para a Câmara Municipal.
174. Menciona que o único aspeto relevante é que as despesas com o pessoal sobem, grosso modo, trezentos mil euros e, fazem com que relativamente ao ano precedente, o peso relativo passa para 42%, quando era o ano passado de 38%, estando a falar de qualquer coisa como um acréscimo de 4% nos custos com pessoal.

175. Leia-se corretamente aquilo que disse, não estando a dizer que é bom, que é mau, antes pelo contrário. O que estão a dizer é que é preciso que se tome consciência que há um acréscimo de responsabilidade futura, por se estar a falar de admissões de pessoal para o futuro, que transforma os custos relativos com o pessoal em cerca de mais 4% ou, até um pouco mais, porque os custos que estão inscritos não dizem respeito ao ano inteiro. Não pressupõem a admissão das pessoas logo em janeiro, mas sim, um trimestre a seguir, ou seja, estando inscritos apenas três quartos dos custos relativos com pessoal, portanto, sendo o único aspeto que merece algum comentário. De resto é tudo igual, portanto se há um acréscimo de despesas com pessoal, naturalmente, que sendo o orçamento muito parecido com um montante muito equivalente ao do ano anterior tem que haver uma redução de custos noutra rubrica, naturalmente.
176. O **Presidente da Câmara** solicita que antes de qualquer resposta ou esclarecimento, fique expresso na sua intervenção e também em ata, o que foi proferido pelo Membro José Leitão, de que o Executivo tinha um “saco azul” neste orçamento, sendo uma acusação muito grave para passar incólume, porque não é ignorância, não é desconhecimento, é política da má e, nessa, não alinha.
177. Em relação à intervenção do PSD e indo ao encontro do apresentado pelo Membro Custódio Vale de Gato, refere que, de facto é essa a análise, que está correta, só fazendo uma pequena correção, três quartos não de aumento de pessoal mas, de pessoal a contratar. Não de todo o pessoal.
178. Sendo a única correção a fazer à intervenção e isso, já foi assumido na última Assembleia Municipal, quando apresentaram o programa “Vendas Novas + Limpa”, sendo que só daí são catorze assistentes operacionais para implementar essa estratégia, ressalvando que, a previsão que têm é de o fazer num curto prazo, porque é um projeto com princípio, meio e fim e que tem que ser avaliado. As pessoas poderão não ser necessárias ou ser em excesso, sendo que isso tem de ser alvo de uma avaliação, em tempo próprio, quando o programa fizer um ano e, aí sim, serão tomadas as decisões de impacto direto ao orçamento.
179. Em relação às várias questões colocadas pela CDU e, em resposta ao Membro Tiago Aldeias, dando uma resposta muito rápida, refere que não menosprezam, nem apagam o passado. Não é política do PS fazê-lo. Reconhecem tudo o que tem de bom, mas também reconhecem o que houve de mau e, portanto, não é apanágio do Partido Socialista apagar a história.
180. Em relação às perguntas do Membro José Leitão, refere que na variação de projetos de um ano para o outro, há uma crítica direta ao Executivo e aos três adjetivos utilizados pelo Executivo e portanto, refere que, de um ano para o outro, há uma grande variação dos valores dos projetos. Menciona que tem que haver porque a gestão é dinâmica e é óbvio, no caso do sintético se se começasse a obra este ano e estava previsto sintético mais Entrada Sul, no valor de setecentos mil euros e, se este ano, a previsão é gastarmos duzentos mil euros, para o ano já podem passar quinhentos mil. Qualquer pessoa o percebe, sendo uma gestão dinâmica.
181. A segunda em relação à diferença dos eixos de um ano para o outro não haver diferença, refere que há diferença, sendo sempre todos os anos diferentes por uma questão muito simples é a micro visão assente na macro estratégia, uma questão tão básica quanto esta. Esta faz-se gradualmente mas tem a sua própria bitola, a sua estratégia para os quatro anos, aliás no caso, sufragada pela população vendasnovense para mais de quatro anos, porque essa estratégia até dizia que era para oito anos. Apresentava propostas para oitos anos, num pressuposto de visão de médio e longo prazo, que é necessário quando se gere uma organização e uma instituição pública e portanto, em relação ao último adjetivo, não falam do orçamento participativo nem precisam. O orçamento participativo no próximo ano vai decorrer, vai ser realizado e terá despesa no ano de 2020, esclarecendo que o que for votado para o ano tem impacto no orçamento do outro ano e, portanto, se este ano não houve, porque reviram o regulamento não tem que falar de um projeto que não vai ser executado financeiramente, vai ter execução enquanto projeto na rua para as pessoas.
182. Nos projetos de um ano para o outro, por um lado, esclarece que muda tudo de um ano para o outro, a seguir vem dizer que é tudo igual ao ano anterior. Portanto, há aqui uma incoerência também claramente linguística, mas só para explicar que em 2016, a aprovação do Plano Estratégico de

Desenvolvimento Urbano, tinha uma previsão do Executivo de doze milhões de investimento para fazer aqueles projetos, sendo assinado contrato para quatro milhões de financiamento dos fundos comunitários e uma obrigação subjacente que é da estratégia que apresentamos para os doze milhões estar espelhada nos nossos documentos estratégicos e, portanto, tem muitos projetos que vão estar muitos anos no PPI, porque só vão sair dele, quando estiverem executados e se apresentamos um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano com doze milhões e só tivemos quatro, é óbvio, que há lá projetos que nem dinheiro vão ter, têm zero, porque só se tem quatro milhões. Aquando uma revisão do quadro comunitário, têm alguma expectativa de ir “buscar” mais dinheiro e de alocar verbas para esse projetos. Tão simples quanto isso. É uma crítica também muito fácil de desmontar.

183. Em relação ao “OSCAR” que não consta, às “Princesinhas” e ao “Mais Perto”, refere em primeiro lugar que o “OSCAR” tem no caso investimento feito este ano, sendo que o funcionamento do programa terá despesa indireta não orçamentada no PPI e no PAM, mas diretamente ao orçamento, que inclui o funcionário que vai à casa das pessoas fazer as reparações, do combustível para a viatura, do funcionamento e manutenção da viatura. Não tem despesa em PPI e em PAM, portanto não tem que ter projeto. O projeto é da implementação, é um projeto de investimento do ano de 2018, que se chama “Gabinete de Pequenas Reparções” e o investimento feito nesse projeto foi a recuperação de uma viatura que existia no estaleiro para este efeito e, obviamente, que quando está executado a 100% o investimento necessário, o projeto desaparece, sendo tão básico quanto isso. Não existe por onde fugir, nem nada para explicar.
184. Refere que no caso das “Princesinhas” em que presentemente vem o respetivo Regulamento e se for aprovado na Assembleia Municipal, serão colocadas à disposição das populações este ano e o investimento será feito este ano. No próximo ano, terão as despesas de manutenção na oficina, não percebendo qual é a grande dúvida.
185. Em relação ao “Mais Perto” refere que não é verdade, existindo um projeto que é o A13 - “Rede de Transportes Públicos” e é nesse que se encontra o valor. Nunca tiveram em orçamento um projeto chamado “Mais Perto”. Tiveram sempre “Rede Transportes Públicos” - A13. Está lá a verba necessária para o compromisso assumido.
186. Quanto aos projetos: Gabinete de Inclusão, Academia Sénior, CPCJ; foi criado um macro projeto chamado “Inclusão Proteção e Cidadania”, um projeto que permite alocar verbas a esses que eram microprojectos, mas mais do que isso, para ganhar uma estrutura sustentável para atividades e portanto, está lá tudo. Não vão acabar com nada, só para acalmar alguns ânimos que pudessem pensar que iam acabar com a CPCJ, ou com alguma coisa. Está tudo no orçamento.
187. Quanto ao apoio ao quartel, mais uma vez foi feita uma má leitura, típica de quem procura crítica fácil. O projeto não é de atividade. O valor do projeto de atividade que é o apoio à EIP (Equipa de Intervenção Permanente) são trinta e um mil euros. No caso do investimento às infraestruturas de Proteção Civil, projeto I44 de 2016, que foi quando ele foi inscrito no orçamento, tem lá uma verba de cerca de trinta e oito mil euros por ano. Este é o valor que ficou acordado com os Bombeiros Voluntários que se pagaria por ano e, portanto, solicita para que se procure que está lá no I44 de 2016, sendo o valor que está em acordo, não tendo muito por onde fugir.
188. Esclarece que o projeto “FAME” desaparece porque a lei mudou. Quanto ao projeto “CIMAC” este desaparece porque está agregado, dada a multiplicidade de projetos em todas as áreas e foi entendido que era mais flexível juntar numa categoria chamada “Projetos de Iniciativas Comunitárias”, que sempre existiu no orçamento, tendo mesmo dotação. Este ano tem mais, porque é aí que estão todos os projetos da CIMAC, em PAM e PPI, mas também não custa nada e se a questão for uma dúvida, porque lhe parece que o Membro José Leitão não tem dúvidas, que tem só certezas e quando, só temos certeza normalmente não corre bem. Se tiver dúvidas, farão chegar a lista de projetos da CIMAC com os valores respetivos de cada projeto em que entram. Caso existam dúvidas, basta perguntar. Não precisava de atacar, sendo uma questão de humildade que não fica nada mal.
189. Em relação ao “saco azul” refere que existe um orçamento de dez milhões de euros que a CDU afirma que não sabe para onde é que vão sete milhões e tal, mas o Executivo sabe que a CDU sabe. O membro

Custódio Vale de Gato frisou que quatro milhões e trezentos euros com pessoal, não estão em PPI e, não estão em PAM, estão diretamente no orçamento de acordo com as regras do POCAL, sendo este um exemplo.

190. Recorda os encargos quanto à iluminação pública no valor total de trezentos e trinta mil euros, eletricidade de edifícios municipais, num total de duzentos e cinquenta e três mil euros, água e saneamento no valor total de um milhão cento e setenta mil euros e resíduos sólidos urbanos no valor de duzentos e cinquenta e oito mil euros. Portanto, o “saco azul” é a base de funcionamento da Câmara Municipal de Vendas Novas.
191. O **Membro Tiago Aldeias** realça que o senhor Presidente referiu que não apaga o passado, e que espera também que não tenha apagado as propostas que foram feitas nas reuniões com a população, uma vez, que tem a certeza que se houve propostas foi impossível incluí-las neste orçamento, dado a circunstância que já disse.
192. Espera também que, uma vez que ficou esquecido, que na próxima vez e que durante o ano 2019 e final 2018, não se esqueçam da Marconi, uma vez que achou que ficou esquecida nesse circuito de reuniões ou, pelo menos, não estava incluído no plano de reuniões e dizer que, independentemente da cor dos sacos, o importante é que as palavras não sejam usadas para esconder as ações, mas sim para as clarificar.
193. O **Membro Valentino Cunha** faz um pequeno comentário com a acusação sensacionalista, estilo Correio da Manhã do “saco azul”. Por um lado, deixa-o preocupado o possível desconhecimento do funcionamento de um orçamento municipal por parte do membro José Leitão.
194. Por outro lado, deixa-o “descansado” por terem tido a menor votação que há registo no Concelho de Vendas Novas.
195. Em resposta ao Presidente, o **Membro José Leitão** refere que, no que diz respeito aos eixos, é bom lembrar que o argumento do senhor Presidente era completamente diferente daquele que usou este ano para justificar a alteração dos eixos.
196. Segundo, sobre a alteração dos valores, é bom dizer que, por exemplo, na declaração de voto que a CDU apresentou na reunião de câmara, apresentou-se um quadro, em que se apresentavam dois projetos.
197. Um que tinha a ver com a requalificação do espaço público do núcleo consolidado de Vendas Novas, que apresentava um valor de um milhão, quatrocentos e vinte mil euros para 2017 a 2020, 2018 a 2021 de um milhão e quatrocentos mil euros e 2019 a 2022 dois milhões e setenta e cinco mil euros. O décimo sexto que tinha a ver com a ciclovia e via pedonal, de modo a interligar a Av. 25 de Abril, Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e Escolas Secundárias, apresentavam duzentos e setenta e cinco mil euros para 2017 a 2018, oitenta mil euros de 2018 a 2021 e de trezentos e sessenta e cinco mil euros de 2019 a 2022. Ou seja, aquilo que dizem é que não existe, quando se colocam os projetos nas GOP’s, cuidado e rigor nos valores que se colocam e, conseqüentemente, as GOP’s transformam-se num acumular de intenções, que como também dizem, não serão passíveis nunca de se executarem neste mandato.
198. Porque, face ao que foi a experiência do anterior mandato, neste mandato nunca mais a Câmara Municipal de Vendas Novas conseguirá executar o conjunto de projetos existentes nas Grandes Opções do Plano.
199. O senhor Presidente ficou muito ofendido com a questão do “saco azul”. Se tem problemas com o “saco azul” podem mudar para “saco rosa”.
200. Quando se refere à questão do “saco azul ou do saco rosa” não está à referir a utilização de dinheiros de forma indevida. O senhor Presidente percebeu bem, por isso escusa de ficar tão ofendido.

201. Foi isso que quis dizer. Sabe que o senhor Presidente percebeu isso, mas depois armou-se em “virgem ofendida” e veio a terreiro com aquele argumento.
202. Porque diz, por exemplo, no OSCAR, o senhor Presidente abre uma porta para a eventual utilização e aquisição de peças por parte da Câmara Municipal para pequenas reparações, está mesmo no Regulamento. Consequentemente, não vinha mal nenhum ao mundo se nas GOP’s tivesse lá uma verba de quinhentos euros para esse efeito e não aparece nada.
203. Também no projeto “Princesinhas” não têm dúvidas nenhuma que, no próximo ano, o senhor Presidente, eventualmente, terá de fazer aquisições para reparações das “Princesinhas” e, consequentemente, era de bom tom essa verba estar alocada nas GOP’s, não lhe parecendo também que fosse algum problema.
204. Por fim, o senhor Presidente falou num conjunto de alguns projetos na área social que estão todos sob o “chapéu” que é a “Proteção, Inclusão e Cidadania”, que é o projeto A3. Este projeto nas GOP’s tem para 2019 mil euros, para 2020 mil euros, 2021 mil euros, para 2022 mil euros, se o senhor Presidente considera isso rigor, “vou ali e já venho”.
205. O **Membro Ricardo Videira** começa por fazer algumas considerações e também coloca algumas questões ao senhor Presidente da Câmara.
206. E começando precisamente pelo enquadramento, agradece o facto terem sido recebidos, ao abrigo do estatuto da oposição, o que de facto não aconteceu no ano precedente e, que desta feita foi cumprido. Sauda ainda a Câmara Municipal por ter aceite algumas das propostas do PSD. Tinham a expectativa de ser chamados para ser informados de que as propostas iriam ser incluídas no orçamento. Não foram, daí não as terem divulgado publicamente.
207. Mas nada impede que saúdem o facto de quatro, das cinco propostas, estarem no orçamento, mas também porque é de política que se fala, importa lembrar que algumas dessas propostas foram apresentadas na Assembleia Municipal durante o ano de 2018 e foram reprovadas também pela Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal. Não deixando de saudar a Câmara Municipal pelo exemplo, e provavelmente a Bancada do Partido Socialista as irá aprovar, lembra o que votaram contra e que, hoje votarão a favor.
208. Portanto, a primeira linha tem a ver com a intervenção no jardim público. É muito importante, a limpeza do lago, a melhoria de iluminação e das condições de segurança. Foi votado contra na Assembleia Municipal de setembro de 2018. Saúdam o facto de estar incluído no orçamento para 2019.
209. Lembra também a questão do passeio e do acesso à Segurança Social, que foi incluído também, bem como o estudo da criação do Parque para Pesados, que também foi incluído e as intervenções a nível de segurança nas avenidas, principais eixos, dentro da Cidade Vendas Novas onde existe risco de segurança.
210. Ficaram com a percepção na última intervenção na Assembleia Municipal de setembro, de que não seria uma prioridade. Saúdam o facto de ter sido revisto e incluído.
211. Não registam o estudo da extensão dos Julgados de Paz Setúbal e Palmela presumimos que ira insistir com o estudo da CIMAC, de qualquer forma o que importa é que o Julgado de Paz seja efetivamente criado.
212. Acrescentam que estando prevista uma beneficiação e um investimento considerável nas GOP’s, relativamente à rede viária do Conselho, não há referência em particular a vias que separam localidades.

213. Por exemplo, a ligação Vendas Novas-Landeira, ligação intermunicipal de Vendas Novas-Cabrela, que são estradas que se encontram com alguma degradação e que colocam já alguns riscos de segurança para quem nela circula diariamente.
214. Entendem que a beneficiação é importante, é urgente neste tipo de infraestruturas e, por isso, como não está discriminado, perguntam se têm previsto algum tipo de intervenção nestas estradas que são vias com alguma circulação. A de Cabrela, o tráfego particularmente intenso durante o período de verão. Questiona se têm previsto alguma coisa para 2019 ou durante o período a que se referem as Grandes Opções do Plano até 2022.
215. Uma segunda questão tem a ver, com a análise do próprio documento. Para 2018 têm previsto executar, em despesas de investimento dois milhões, trezentos e trinta e sete mil euros e o que, observam, do somatório das Grandes Opções do Plano é que existe uma tónica crescente do valor de investimento ao longo dos próximos anos. Portanto, para 2019, o valor passa para três milhões e setecentos mil euros. Para o ano 2018 não chega a dois milhões e quatrocentos mil euros, para 2019 vamos ter três milhões e setecentos mil euros, para 2020 quatro milhões e setecentos, 2021 cinco milhões e trezentos e, em 2022 volta a cair para três milhões e novecentos euros.
216. A pergunta que fazem é que se têm previsto algum tipo de receitas extraordinárias para poder executar estes investimentos, se tem a ver com fundos comunitários ou se podem considerar desde já que parte do que está, não irá ser executado pela governação atual.
217. O **Presidente da Câmara**, em resposta ao Membro Ricardo Videira, refere que em relação ao que foi dito, relativamente aos votos contra, não tem conhecimento de votos contra medidas. Tem conhecimento de votos contra moções, textos articulados de moções e, portanto, não sendo ele a Bancada do PS na Assembleia Municipal, é o Presidente da Câmara Municipal e, enquanto membro do Executivo Municipal, coloca no Orçamento Municipal aquilo que a equipa considera que é o mais vantajoso.
218. Não acredita que nenhum elemento da Bancada do PS desconsidere os projetos que foram apresentados, mas sim a forma como as moções eram dirigidas, mas isso é uma questão para a Assembleia Municipal, não para o Presidente, presume.
219. Em relação às questões colocadas relativas à rede viária estão neste momento com uma previsão, e a previsão hoje para votar é de oitenta e cinco mil euros. Não é a previsão que terão em abril, quando reforçarem o orçamento. O valor que têm estimado também tem a ver um pouco com o valor que for o saldo transitado e com o que for o fim de ano, mas rondará cerca de trezentos mil euros de investimento na rede viária, sensivelmente.
220. Portanto há intervenções que estão neste momento a ser quantificadas. Não lhe vai dizer que é no A, B ou C. Refere aquelas que já tem a certeza que terão de ser feitas. Uma delas, a Rua de Timor, que foi o vencedor do Orçamento Participativo, cujo projeto assumiram e ainda não está concluído, é moroso e que vai estar, espera muito em breve, para poderem incluir num concurso público.
221. Depois existem preocupações que excedem a melhor ambição. A estrada de Cabrela carece e há um projeto de análise de 2004, julga, na Câmara Municipal feito na altura, e que aponta para a má e deficitária base de sustentação de alguns troços daquela estrada e portanto, não é o investimento de pura repavimentação. É um investimento pesado financeiramente e para o qual terão de ter algum cuidado com a análise, nomeadamente, com estudos geotécnicos atualizados, que permitam perceber o que é que lá está debaixo, o que se tem de fazer tecnicamente, para dar suporte a uma futura infraestrutura durável e segura, mas está obviamente na base das preocupações.
222. Arrisca-se a dizer que não é só no Verão. Existem muitos Vendasnovenses que diariamente usam a estrada de Cabrela.
223. A Rua de Timor estará quantificada, com certeza. Há pavimentações previstas que estão a quantificar nomeadamente na Landeira, as Piçarras, em Bombel, mas dizer que é a Rua A, B ou C, não comete

esse risco, até porque o PSD é muito perspicaz com prazos, datas e factos e não quer cometer o erro de assumir aquilo que não pode depois cumprir. Portanto, respondendo de uma forma mais cautelosa, diz que está a ser elaborado o plano plurianual de pavimentações e repavimentações para o mandato e, portanto, será quantificada cada intervenção e definidas prioridades, que a seu tempo será conhecido.

224. Em relação a evolução dos valores, de facto, há quadro comunitário e a visão a curto prazo é realista e com os “pezinhos bem assentes na terra”, a médio longo prazo, tem que ser revestido de ambição que os Vendasnovenses também merecem.
225. Se há um quadro comunitário que sabendo-se que vai ser renegociado, se existem eixos que quase anualmente vão abrindo outros eixos de financiamento para coisas que não estavam previstas, se há candidaturas que a qualquer momento podem ir dotar o orçamento do Município, essa tem que ser a visão do gestor público de médio prazo, não correndo nunca o risco no curto prazo de cometer erros e, portanto, a curto prazo é efetivamente o dinheiro que têm para gerir.
226. A médio longo prazo têm uma visão mais otimista em função da ambição que acham que os Vendasnovenses merecem e, portanto, se no médio e longo prazo são mais otimistas, são mais conservadores e mais rigorosos por assim dizer, com os números anuais.
227. Em resposta ao Membro José Leitão, as manutenções de viaturas e as peças estão no orçamento, têm rubricas e têm projetos.
228. Apenas lhe diz uma coisa, que no seu discurso de muitas vezes, resume-se a uma expressão que alguém presente usava muitos vezes, “quem tem tempo, faz colheres”.
229. Sabe que o membro José Leitão está presente e não vai ser convencido, nem ele tem a ambição de o convencer de nada, como não pode deixar de ser.
230. Termina esta intervenção uma vez que estão presentes os senhores vereadores da CDU que na Câmara Municipal disseram que se reviam integralmente nos projetos e atividades apresentadas e, portanto, essa é a questão mais importante que acha que têm para apresentar às pessoas de Vendas Novas. De alguma forma é uma visão, como começou por dizer na introdução, que não foge àquilo que todos procuram para as nossas gentes, seja na área social, seja na cultura, no desporto e, portanto, se não fosse assim, a CDU tinha dito que não concordava com o projeto A, B ou C, ainda que tenha reconhecido também em reunião de câmara que alguns trazem menos-valias para as populações.
231. O **Membro Ricardo Videira**, não tendo ficado esclarecido, reformula uma das questões e relativamente à outra também faz algumas considerações. A primeira especificamente sobre as vias intermunicipais entre Vendas Novas-Cabrela, Vendas Novas-Landeira, sendo como se diz e bem, as infraestruturas que carecem de investimentos avultados, questiona o senhor Presidente se elas vão ser alvo de investimento ou se tem previsto investimento para esse tipo de vias até 2022, porque o valor é de tal forma significativo que teria que estar cabimentado.
232. Não ficou claro, questionando se tem previsto um estudo geotécnico, se tem um valor de investimento que poderá estar aqui colocado.
233. Correndo o risco também de ultrapassar a sua condição de Deputado Municipal e misturar um pouco também a questão profissional, mais do que um estudo geotécnico que aquilo precisará. O estudo geotécnico já deverá existir. Existe sim uma má execução, que será mais fácil resolver do que provavelmente um problema geotécnico. Pede assim para clarificar a posição da Câmara Municipal.
234. Alerta ainda o senhor Presidente, dizendo que as ambições são importantes e ambição que temos pela nossa terra é fundamental para projetar o seu crescimento, também para que quem está connosco sinta essa ambição e venha connosco, e que a transporte para o seu dia-a-dia, para o seu trabalho, sendo esse o papel do Presidente enquanto Presidente da Câmara Municipal, com mais 200 pessoas a trabalhar consigo todos os dias.

235. O senhor Presidente apresenta um orçamento e um plano que apelidou rigoroso, e aquilo que estão a falar é de expectativas. Estas expectativas têm que ser o mais realistas possíveis e adequadas à realidade, porque senão, criam expectativas falsas nos próprios Municípios, criam expectativas que poderão ser goradas e geram frustrações e desconfiança ou cisão entre as relações entre os políticos e os Municípios.
236. É muito importante que aquilo que apresentam, que são documentos públicos, sejam o mais rigoroso possível e que se adequam à realidade.
237. A pergunta que foi feita foi se podem assumir que algumas destas coisas não serão executados ou se está prevista algum tipo de receitas extraordinária para que se possa fazer um aumento de 125% do valor do investimento entre 2018 e 2021.
238. Dizer também, da análise destes orçamentos, que farão as considerações finais antes de o votar, informando que têm uma declaração de voto. Importa dizer que, apesar de ele vir numa linha de continuidade, existem muitas coisas que distinguem o que seria a estratégia do PSD em relação aquilo que é a estratégia seguida pelo Partido Socialista.
239. Seja na questão de gastos com pessoal, seja na questão da fixação dos impostos, seja nos aumentos de taxas em questões que, no ponto de vista do PSD, é prioritário incentivar e baixar, seja naquilo que são as prioridades ao nível dos investimentos. É importante marcar essa diferença aqui, essa divergência, porque no futuro não querem vir a ser cobrados por estarem colados a um orçamento no qual efetivamente não se revêm integralmente.
240. O **Presidente da Câmara** pensou ter sido esclarecedor. Em relação à rede viária assumiu que a via Piçarras-Landeira será intervencionada e assumiu que, até ao final deste mandato, a estrada de Cabrela é uma prioridade. Não disse, provavelmente, também não seria o que queria ouvir, é que se é este ano ou para o ano, porque isso assumiu que não ia dizer por um motivo muito simples, é porque não sabe ainda. Sabe algumas coisas, mas precisa de valores e, portanto, não assume uma responsabilidade, nem uma assunção de compromissos, depois pode vir a não cumprir.
241. Em relação aos valores, refere que começou também por dizer que o caso do PEDU é crasso. Têm um plano estratégico de desenvolvimento urbano que tem que ser revertido nas GOP's e foi planeado para doze milhões. Só o plano estratégico foi planeado para doze milhões, só lhes deram ainda quatro milhões. Tiveram quatro milhões aprovados desde o início do quadro, para gastar. Portanto, algum no primeiro ano, algum no ano passado, algum este ano e algum para o ano.
242. O que quer dizer é, enquanto Presidente de Câmara e qualquer um destes Vereadores que o acompanha, debater-se-á por todos os centimos possíveis destes doze milhões, porque se tiveram que inscrever no orçamento do PPI a estratégia global, mesmo que alguma dela saibam para já não tem valor, e são quantidades que foram definidas pelo Executivo com o dinheiro que tinham, é a ambição vir a ter mais dinheiro do quadro comunitário para executar e, portanto, a visão é de doze milhões. Só para falar do quadro comunitário, não está a falar dos projetos correntes que o orçamento tem sempre, nomeadamente a manutenção de edifícios, rede viária, que aí também há sempre valores a assumir e, portanto, aquela que é a ambição é de conseguir trabalhar para ter o maior número de euros possível em cada ano para executar a visão e é o que têm feito.
243. Provavelmente na atividade municipal, inclusive com candidaturas que não estão neste ano e que surgiram agora e que aproveitaram, e acha que cada centimo que aproveitem do quadro comunitário reforça a capacidade de investimento, porque com o orçamento que tem a Câmara Municipal, sem isso é muito difícil.
244. Em relação às diferenças PSD, PS e CDU, acha que acima das diferenças partidárias quando se é por Vendas Novas, é se pelos Vendasnovenses. Não são diferenças ideológicas ou partidárias que os colocam em dissonância nesta Assembleia, porque os projetos que cá estão, acredita que se conseguem rever neles.

245. Em relação aos impostos percebe que se calhar o PSD teria uma opção diferente, mas teria também que deixar de fazer algumas coisas que cá estão porque não teria essa receita, tinha de tomar decisões e obviamente, pede desculpa, mas compreende, respeita e aceita em espírito democrático. Esta é a visão do Executivo e também tiveram oportunidade de os ouvir e se há projetos que gostariam de ver como prioritários face a uns que tem, poderiam também tê-los apresentado, além daqueles que estão, que foram os que foram apresentados, e portanto é para isso que servem as reuniões também com a oposição.
246. No caso, a CDU apresentou 5 páginas de projetos e ações. Alguns foram incluídos, outros não. No caso do PSD, os projetos que apresentaram, tiveram o cuidado de perceber se se reviam neles ou não, sem qualquer problema. Se não se revissem, se não fosse a sua visão, assumiriam isso de forma muito simples, porque é democracia. Agora essa reunião também serve para isso, serve para ouvirem a oposição e, neste caso, se havia mais projetos ou outros, podiam ter feito um trabalho também diferente. Existirão mais orçamentos, mas de qualquer das formas, julga ter respondido às questões aqui apresentadas.
247. O **Membro Ricardo Videira** não acredita que nenhum membro desta Bancada e nenhuma Bancada da Mesa da Câmara Municipal, não esteja aqui pela causa pública de servir os Vendasnovenses e obviamente que todos se revêm em qualquer projeto que sirva os Vendasnovenses e que sirva a nossa terra. Mas espera que o senhor Presidente não tome as suas palavras no sentido errado. Aquilo que disse e volta a dizer, é que no sentido das prioridades têm opções estratégicas diferentes. Elas são diferentes e por isso é que se apresentam daquele lado e o PS se senta no outro.
248. Têm diferenças e não são só ideológicas. São diferenças na estratégia que têm para o nosso Concelho. Respeitam-se mutuamente e continuam a respeitar-se, mas são opções diferentes, não tomam as opções tomadas como sendo más para as pessoas, más para o concelho. São só diferentes.
249. Refere ainda que as opções que apresentam, são opções que considera, que não alterariam significativamente o orçamento da Câmara Municipal porque, esse sim, deve refletir o programa do Partido Socialista que foi votado por maioria em 2017.
250. No sentido democrático que também preside a ação do PSD, respeitam aquilo que foi a vontade da população Vendasnovense. Portanto, este orçamento é apresentado pela maioria que governa a Câmara Municipal. Não tem que executar um investimento, por exemplo que o PSD venha a propor e que tem o valor que absorva uma componente muito grande de investimento, porque o programa é do PS, foi sufragado por maioria e por isso mesmo, tem uma Bancada tão grande.
251. Existem diferenças. As diferenças são políticas e são obviamente também por Vendas Novas. É nesse sentido que a ação do PSD vai continuar a ser conduzida.
252. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 4.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS), 2 abstenções (PSD) e 6 votos contra (CDU), **aprovar a proposta de Orçamento para 2019 e a proposta das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividade Municipal)**.
253. O **Membro Custódio Vale de Gato** apresenta, em nome da Bancada do PSD, a seguinte declaração de voto: no que respeita as opções da maioria e o reflexo do programa eleitoral sufragado em 2017, registra no entanto divergência em relação ao documento nas opções estratégicas e compromissos que vêm sendo assumidos e que a manter-se nos próximos anos, poderão comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia, que não hesitará neste cenário no futuro em votar desfavoravelmente as novas propostas de orçamento da Câmara Municipal.

5.º Ponto – PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2019

254. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que faça a respetiva introdução.

255. O **Presidente da Câmara** refere que em relação ao mapa de pessoal para 2019, foi falado um pouco nele quando abordaram o assunto do orçamento e do impacto financeiro. Basicamente reflete aquilo que apresentaram e o maior aumento previsto de contratações tem a ver com isso mesmo, com o projeto “Vendas Novas + Limpa”.
256. Há um conjunto de outros recursos humanos que têm vindo a identificar e também a antecipar, de alguma forma, dotar os serviços municipais das pessoas que fazem falta para executar as tarefas mais básicas que têm pela frente, estando disponível para questões.
257. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere, como já foi referido, que este ponto tem de facto um impacto que já foi visto no orçamento e, como vimos, é um impacto que não é irrelevante, é um impacto com significado.
258. Não questionam a capacidade que é cometida à Câmara Municipal para fazer a gestão do pessoal, dos seus recursos humanos, inventariar as necessidades e satisfazê-las.
259. Contudo, enquanto órgão fiscalizador, a Assembleia Municipal tem como responsabilidade o facto de alertar aquilo que entende, em consciência de cada uma das Bancadas, ser factos que possam eventualmente ter impactos, ter reflexos que sejam transversais à vida do Município. Dito isto, o que está consagrado é de facto um acréscimo de, pelo menos, mais catorze pessoas, embora saibam que o quadro de pessoal é mais extenso e que ainda tem em termos potenciais, capacidade para absorver o provimento de mais e demais lugares.
260. Mas isso não quer dizer que seja de todo aconselhável em termos de gestão fazer o preenchimento desse número que está estabelecido no quadro de pessoal e é preocupação do PSD, porque também já é repetidamente afirmado nos diversos orçamentos, que os recursos da Câmara são escassos e, atrevese até a dizer, ou qualificar que se esgotou aqui alguma capacidade de arrecadar novas receitas, seja por que razão for, seja porque elas de facto não são possíveis de crescer, seja porque não há capacidade inventiva de as fazer crescer, seja por qualquer outra razão.
261. É um facto que os orçamentos insistem em ter exatamente os mesmos montantes. Logo, qualquer acréscimo de uma das rubricas terá que ser naturalmente em detrimento de outras e essas outras poderão ser a parte social, a parte de investimentos, a parte de manutenções, um conjunto de benefícios que se traduzem em mais ou menos qualidade para a cidade e para os seus municípios.
262. Por fim, uma chamada de atenção de um facto muito curioso. Está na moda apresentar esses gráficos, será difícil até pela distância que os separa e que já uma vez lançou o repto, senhora Presidente, que os aproximasse um bocadinho mais porque estão distantes politicamente, mas não devem estar tão distantes fisicamente.
263. Mas diz que, curiosamente, enquanto a Câmara foi de gestão CDU, houve algum decréscimo dos efetivos de pessoal, e eles decrescem também com a ajuda do PSD, enquanto estiveram no município e, curiosamente, quando o PS fica sozinho na Câmara, o pessoal sobe.
264. É disto que falam e, portanto, mais uma vez faz a ligação do que estão a tratar com o impacto que isto tem em termos de orçamento e já verificaram, e o senhor Presidente que os corrija, presume que toda a gente percebeu que a intenção era de dizer que aqueles três quartos diziam respeito apenas, como é óbvio, só às pessoas a admitir.
265. Mas diz que só nesse espectro terão um impacto de três quartos, equivalem a cerca de trezentos mil euros, logo os quatro quartos correspondem eventualmente a quatrocentos mil euros todos os anos, que terão que ser retirados de outras rubricas que, naturalmente, ficarão prejudicadas como referiu, a menos que se faça crescer o orçamento e se faça crescer a receita.

266. O **Membro José Leitão** refere que, em relação ao mapa de pessoal, a CDU vota favoravelmente e que, consideram que tudo o que seja proporcionar emprego, emprego com garantias e com direitos aos Municípios e às populações, o defendem.
267. Lembra o Membro Custódio Vale de Gato que o decréscimo que apresentou no quadro, deveu-se a imposições legais da troika, na altura do governo do PSD e CDS com redução a 50% dos trabalhadores contratados a prazo e redução de 2% ao ano no número de trabalhadores efetivos, que afetou e muito o funcionamento da Câmara Municipal na altura da CDU. Acredita também que posteriormente na altura do PS.
268. Além do mais, já não estando o elemento que foi Vereador do PSD, mas em conversas várias com ele, tinha a ideia que a Câmara tinha muitos trabalhadores e quando foi Vereador acabou por reconhecer que o número de trabalhadores era insuficiente para as necessidades. Por isso, não acompanham o PSD no seu raciocínio, na sua opção, mas respeitam.
269. Certamente o PSD teria como intenção, eventualmente, que para fazer determinadas reparações a Câmara em vez de trabalhadores para as fazer, recorreria a empresas privadas. Nunca foi esta a postura da CDU, não é, nem continuará a ser.
270. Sempre defenderam a administração direta e aquilo que podemos fazer com os trabalhadores e não dar a terceiros para fazer.
271. O **Membro Valentino Cunha** refere que se revê praticamente em tudo o que o Membro José Leitão disse, até porque ficou na dúvida se a intervenção do PSD foi uma crítica ao aumento do pessoal trabalhador da Câmara Municipal.
272. É que por um lado, aparentemente criticam haver contratações para a Câmara Municipal, dizendo que durante o último mandato da CDU decresceu, com a ajuda do PSD continuou a decrescer e é deixar o PS sozinho e aumenta logo.
273. Depois, vêm se queixar que não há equipas suficientes para a higiene e limpeza urbana, que os serviços da Câmara Municipal podiam ter uma prestação melhor, mas os serviços são providenciados também por trabalhadores.
274. Por isso, já está como a bancada da CDU disse. Era um outsourcing para um privado qualquer, já que gostam tanto e ficar os trabalhadores públicos cada vez menos, até a Câmara Municipal ser o executivo e ter uma pessoa para abrir a porta.
275. O **Membro Ricardo Videira** lembra o Membro Valentino, que pergunte à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas como é que fez a limpeza urbana durante este ano, se não foi com o tal outsourcing que acabou de referir, como é que resolveu o problema que a bem da verdade ainda não está completamente resolvido, nem se tem garantias ainda porque vão testá-lo durante um ano, se será passível de resolução ou não.
276. Mas defende a posição do PSD que também já foi uma posição do PS quando estava na oposição. O Membro Valentino talvez não se recorde, mas lembra-se bem quando era trazido à Assembleia Municipal, no mandato da CDU com frequência, um dado que ainda hoje é muito negativo para o Município de Vendas Novas que é o seguinte, em 2017, Vendas Novas era o trigésimo quinto Concelho do país que tinha uma proporção alocada a gastos com pessoal maior, em relação ao seu orçamento. Portanto, era o trigésimo quinto pior do indicador com gastos de pessoal verso total do orçamento.
277. Era 38% e aquilo que vai acontecer é que vão agravar este indicador. O alerta do PSD é, no sentido de que quanto mais se alocar a uma despesa relacionada com recursos humanos, menos se terá para fazer investimento.

278. O repto do PSD é tentar fazer uma gestão o mais eficiente possível, de forma a garantir que sobra mais para se fazer investimento a bem da população. É nesse sentido que vão as observações do PSD. Não no sentido de dizer que não existe eficiência ou não existe vontade dos colaboradores da Câmara.
279. O **Membro Paulo Campino** saúda todos os presentes e intervém no sentido do que foi dito pela Bancada do PSD, ou seja se estão com escassez de recursos vão delegar uma competência que é da Câmara a uma entidade que age em busca de lucro.
280. Ou seja, a limpeza urbana não é uma atividade sazonal que aconteça uma vez por ano e pode-se contratar uma empresa externa para fazer. É uma atividade que vai ser feita, e é feita diariamente, por isso, não vê como é que contratar uma empresa naquele velho lema que “vamos contratar uma organização que é especializada nessa função é mais eficiente e vai fazer mais”. Não percebe como é que contratando uma empresa de limpeza um ano inteiro se consegue, tendo em conta escassez de recursos, fazer ainda mais barato com trabalhadores do Município.
281. O **Presidente da Câmara Municipal** relembra o ditado popular “sol na eira e chuva no nabal”. Não se conseguem as duas coisas. Por vezes, fazem alguns milagres com o pouco que se tem, mas a verdade é que a higiene e limpeza urbanas não são questões que se resolvam sem pessoas e o **Membro Ricardo Videira** também pode perguntar isso à **Presidente da Junta Paula Valentim**, se se resolve sem pessoas.
282. Há dois períodos distintos na evolução dos recursos humanos da Câmara de Vendas Novas, referindo que o **Membro Custódio Vale de Gato** fez um gráfico, um gráfico frio de números manipulados ao bom sabor do que quis veicular como visão estratégica, um alerta de atenção.
283. Não se podem esquecer duas coisas, nem vai pela troika nem vai pelo PSD no Governo, nem vai pelo impedimento à contratação. Guia-se pela situação interna. Não pode esquecer que durante anos, a Câmara Municipal não conseguia pagar mais nada, a situação financeira não permitia repôr as pessoas necessárias para o cumprimento da missão primária.
284. E também é importante perceber que financeiramente não conseguiam repôr quem se aposentava. Em termos de legislação não era permitido até há um ano atrás, contratar pessoas para os lugares de todos aqueles que se foram aposentando.
285. Isso só por um mero milagre em que houve “sol na Eira e chuva no nabal”, é que foram conseguindo desempenhar a missão, porque no dia em que não houver canalizadores, não há reparações de ruturas na Câmara Municipal e nem há empresas privadas que façam com a tipologia que temos de fazer.
286. No dia em que houve “sol na eira e chuva no nabal” continuaram com motoristas na Câmara Municipal, no mesmo dia continuam a fazer aquilo que era o básico.
287. Mas isso porque o bom, é inimigo do ótimo, querem é chegar ao patamar do ótimo e nesse caso concreto há serviços que não se desempenham obviamente sem recursos humanos, o que se deve colocar em causa é o patamar de equilíbrio, de sustentabilidade, do crescimento desses recursos humanos face à evolução da receita e aos serviços a prestar.
288. Neste caso concreto quando assumem, no eixo principal, a higiene e limpeza urbana como prioridade máxima, o que querem dizer é que podem não ter mais eixo nenhum. Podíamos não fazer algumas atividades, algum investimento mas que a cidade tinha que estar limpa e dessa limpeza depende o orçamento do Município na área de recursos humanos e, clarificando isto, não querem voltar a ter 207 trabalhadores, mas sim os trabalhadores necessários à prestação do serviço eficaz e eficiente às populações.
289. Os 261 trabalhadores no tempo em que a Câmara Municipal teve mais gente, até foi mais do que isso, a verdade é que querem fazer o melhor pela higiene e limpeza urbana, querem ter um serviço de desporto porque é a “menina dos seus olhos”, em comparação é um fator de distinção com os

municípios do distrito de Évora e tem muita gente alocada e vai continuar a ter, para que continue a ser um serviço de excelência.

290. Na área educativa, onde as competências têm vindo a aumentar nos últimos anos e, não sabemos em 2021 quando assumirmos as competências, quantas pessoas vão entrar para o quadro da Câmara, ele vai tender a aumentar e, portanto, à medida que a Câmara tem que prestar cada vez melhores serviços tende a ter que aumentar o seu quadro pessoal, sem medos, porque alguns destes recursos humanos também estão previstos. Já foi também assumido, são para substituir aquisições de serviços externas e no dia em que poderem não contratar empresas e fazer os próprios serviços, julgam que esse é o melhor trabalho que podem prestar às populações.
291. Portanto, vai haver equilíbrio. Esta intervenção é só para tranquilizar que vão ter o bom senso de perceber qual é o patamar de equilíbrio de sustentabilidade orçamental em termos de pagamento de salários, de aumento de recursos humanos e perceber também onde é que têm ainda fragilidades na eficácia, onde é que podem melhorar continuamente os serviços para que menos recursos humanos façam o melhor trabalho e é um trabalho que começámos aliás há 5 anos atrás.
292. O **Membro Valentino Cunha** diz que a crítica não é terem ou durante um ano haver uma redução do número de trabalhadores. A crítica é esse ser um objetivo de quando poderá colocar em causa a prestação de serviços por parte do Município e existiu, durante muitos anos, redução do número de trabalhadores, principalmente por via da aposentação, que não foram reforçados através de contratação por imposição legal, o que comprometeu alguma prestação de serviços por parte do Município, nomeadamente, a higiene e a limpeza urbana que tanto já se debateu e cujo plano foi apresentado recentemente.
293. Portanto, o aumento do quadro de pessoal, nomeadamente os novos funcionários para o sector da higiene e limpeza urbana é uma necessidade que a câmara tem para prestar um melhor serviço à população.
294. Argumentar que isto vai aumentar 4 pontos percentuais o seu peso no orçamento total e Vendas Novas vai ainda subir mais no ranking que tem maior peso total, depende de muita coisa. Depende não só dos serviços que o Município presta e que se calhar são muito mais serviços que outros municípios noutras zonas do país, mas também da estrutura de receitas e de despesas que cada Município tem, tendo em conta a sua estratégia orçamental. Tomara que a Câmara Municipal tivesse receitas suficientes para que esta verba que de quatro milhões representa-se apenas 10%, significa que poderiam investir muito mais, mas se estes são os quatro milhões necessários para se puder prestar um bom serviço público enquanto Município, então são estes quatro milhões com que têm de governar.
295. O **Membro Ricardo Videira**, em resposta ao Membro Paulo Campino e ao Membro Valentino Cunha, pede que os mesmos não tentem colocar na sua boca coisas que não disse.
296. A observação que foi feita relativamente ao aumento do mapa de pessoal, aliás não é ao aumento do mapa de pessoal, é ao aumento do número de lugares para preencher no mapa de pessoal, tem a ver com o seguinte: existe uma percentagem do orçamento da Câmara Municipal que é alocado a esses gastos com pessoal. Em 2017, era ligeiramente inferior a 39%, em 2018 será superior a 42% há menos dinheiro para outras coisas, para outros projetos.
297. Vendas Novas, se por um lado era um dos municípios que no país mais gostava com pessoal, por outro, nos últimos três mandatos autárquicos, dos últimos 12 anos até 2017 era um dos que menos investia. Talvez por isso mesmo, porque era dos que mais investia numa rubrica e tinha menos dinheiro para gastar na outra a favor dos Municípios. Isto podem consultar no relatório anual dos Técnicos Oficiais de Contas relativamente aos municípios.
298. Diz que há serviços que, intrinsecamente têm que ser prestados pelo Município e foram nesse sentido também todas as observações e colaboração que prestaram quando aprovado o plano “Vendas Novas + Limpa”. Não os viram a opor-se à estratégia que foi delineada. Aquilo que alertam é que o aumento

que está a ser provocado, poderá ter que ser compensado noutras rubricas, habitualmente com redução noutras áreas, fomentando a eficiência na Câmara Municipal.

299. A eficiência na Câmara Municipal é fundamental e deve ser um desafio e um repto para a presidência da Câmara e para a Câmara Municipal. Não se pode deixar tudo em “águas mornas” e sempre que for necessário, contarão com o apoio do PSD. Se necessário, para cumprir aquilo que é serviço da Câmara Municipal. Se for necessário contratar fora porque, no momento pontualmente, não são capazes de fazer internamente, contarão com o apoio do PSD, como contaram no período certo. Não desvirtuem as palavras do PSD. Interpretem-nas de forma correta, tal como o PSD as tenta transmitir.
300. O **Membro Paulo Campino** questiona se, enquanto o PSD esteve no executivo municipal, em alguma altura achou que o pessoal que tinha na altura era suficiente para desempenhar todas as tarefas.
301. Ao qual o **Membro Ricardo Videira** respondeu que não estava na Assembleia Municipal.
302. O **Membro Paulo Campino** e, dado também que não está o outro membro da bancada do PSD, acha que, em contrapartida, devem conferenciar sobre as situações dado, como falaram anteriormente, todo o trabalho que o PSD fez, possivelmente sabiam as fragilidades pelo qual o Município passava quando estavam no executivo. Achavam que o pessoal não era suficiente. Agora, que são oposição se calhar já é suficiente.
303. Aquele gráfico que viu, acha que não ouviu a conclusão depois do Membro Custódio Vale de Gato, mas sempre a descer acha que o ideal seria a parte das duas últimas colunas, que pensa que eram rosa, distinguir do vermelho, seria sempre a descer, ou seja, o ideal seria sempre a descer e se calhar até alargava o gráfico para uma folha A3 possivelmente.
304. O **Membro Ricardo Videira** saliente que, mais uma vez, se procurou desvirtuar aquilo que o PSD disse e repete que aquilo que é a observação do PSD e o que é a observação do PS, será o principal objetivo das observações, vem em linha com aquilo que se vem falando. Tem a ver com o equilíbrio entre o número de funcionários, aquilo que é possível a Câmara Municipal pagar e aquilo que sobra, para se poder alocar a investimentos. Não tem a ver com o objetivo de levar a zeros, mas para sempre existir um equilíbrio.
305. O facto é que há um aumento dos gastos com pessoal da ordem dos quatrocentos mil euros com efeitos permanentes no orçamento da Câmara Municipal. Portanto 4% do orçamento da Câmara Municipal vai ser alocado permanentemente a este fator. Independentemente disso, o que querem dizer não é que esses quatrocentos mil euros estejam a ser mal gastos. O alerta que fazem é que talvez seja preciso realocar e mexer em outras áreas, de maneira a poder alocar mais investimento e não haver uma desproporção tão grande no investimento em despesas com pessoal, e dizer como indicador, há 308 câmaras no país, hoje, sem este aumento de pessoal.
306. Vendas Novas é o trigésimo quinto Município com pior rácio de gastos de pessoal em função do orçamento e esse rácio vai piorar indo ficar nos 10% piores provavelmente. E é, nesse sentido, o repto de tentar equilibrar, seja ele aumentando a receita, seja ele diminuindo a despesa.
307. O **Membro Vítor Serrano**, em resposta ao Membro Ricardo Videira, refere que o PS aprovou os projetos do PSD, dos quais se abstiveram e pediram à Câmara para inserir nas GOP's. O PS aprovou e o PSD absteve-se.
308. Ponto número dois: na percentagem do pessoal depende do orçamento das câmaras. Não podem olhar para o percentil que está lá, está proporcional a percentagem equiparada à percentagem, não ao número do orçamento versus o valor que se gasta com os recursos humanos.
309. Na situação dos quatrocentos mil euros andam aqui no “empurra lá, traz para cá”, mas também não vê daí, sendo que quatrocentos mil euros é muito que se vai gastar, não estão contra a pessoa,

ou seja não há aqui um equilíbrio. É tipo a política da antecipação, se correr bem “cinco estrelas”, se correr mal foram avisados.

310. O **Membro Paulo Campino**, refere que a Bancada do PS entende as preocupações da Bancada do PSD, mas pensa que também o Município as entende e qualquer bancada.
311. No entanto existe um problema que foi até deveras publicitado pelo PSD em várias redes sociais, e como é que se resolve esse problema? Tem de ser com pessoal ou com pessoal da Câmara ou tem de se recorrer a terceirização dessa atividade.
312. Em relação à questão do pessoal, pensa que será mais aconselhado a Câmara ter pessoal ao qual se pode atribuir outras tarefas que sejam necessárias. Não necessitam de ficar tão alocados só aquela função. Podem fazer outras funções, sendo isso uma situação da competência da Câmara, mas poderão desempenhar outras funções, tudo ligado na mesma área.
313. Refere que não sabe como é que vão fazer essa função recorrendo a uma empresa externa e fica mais barato ou seja, acha que há um problema que tem que ser resolvido. Agora existe um problema mas tem que ser resolvido com pessoas, mas depois é muito dinheiro. Temos sempre que descorar outras áreas porque os recursos não são infinitos. Ter-se-ia sempre que fazer escolhas. Existe um problema com a higiene que tem de ser resolvido, depois será da competência, obviamente, do executivo fazer essa elasticidade e garantir que nenhuma área seja descurada, pelo menos que mesmo que possa ser descarada que, seja o mínimo possível.
314. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o prolongamento do Período da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade, por mais 30 minutos**.
315. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 5.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), aprovar o Mapa de Pessoal para 2019**.

6.º Ponto – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA

316. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
317. O **Presidente da Câmara** refere que, se permitir, fará a mesma abordagem que fez no início, tratando já os dois contratos com as duas Juntas de Freguesia, independentemente de a votação ter de ser em separado.
318. Em primeiro lugar, diz e assume perante a Assembleia Municipal que estes contratos têm o mesmo paradigma básico e essencial que tinham os contratos interadministrativos dos anos anteriores, que é expresso na confiança total que têm nas Juntas de Freguesia para assumirem e para gerirem as competências que lhes são entregues da melhor forma com os meios que lhes são dados.
319. Há neste capítulo uma mudança de forma de apresentação e também de conteúdo quando se olha para os dois documentos que têm hoje perante os membros da assembleia, fruto daquilo que tinha sido solicitado pela oposição em termos de detalhe financeiro, porque normalmente vinha só o “bolo” global a transferir e não se dizia para que é que era.
320. Para que a oposição não tenha só acesso às rubricas a alocar a cada coisa, vem nestes contratos, divididos os valores com recursos humanos, com aquisição de serviços, com trabalhos administrativos e, portanto, no sentido de ir ao encontro daquela que era uma pretensão das bancadas da oposição.

321. Por outro lado, há também, podem vê-lo bem espelhado no contrato com as Juntas de Freguesia de Vendas Novas e Landeira, as competências são basicamente as mesmas e têm funcionado de forma regular sem anomalias.
322. Os meios têm sido suficientes para que os senhores Presidentes das Junta de Freguesia consigam desempenhar a missão que lhe está atribuída por este contrato.
323. Em Vendas Novas, assistimos no último ano, a uma incapacidade clara de fazer melhor com os meios que se tinha à disposição. Portanto, há um reforço claro de meios em toda a linha, e portanto se o orçamento municipal é afetado com a contratação de recursos humanos, também este contrato vem afetá-lo. Diz afeta-lo pela positiva, porque finalmente se irá apostar nesta área, para atribuir os meios necessário para que a Junta de Freguesia de Vendas Novas consiga também fazer melhor e desempenhar melhor a missão que lhe será entregue.
324. Neste sentido, são contratos que mantendo o paradigma, mantendo a confiança expressa, mantendo a visão de entrega no órgão do Poder Local de maior proximidade, aquele que é também um serviço de proximidade, é feito agora com os meios que infelizmente em anos anteriores não conseguíamos ter para o fazer e, portanto, apresenta-se à Assembleia os dois contratos e dentro das possibilidades que têm, está disponível para esclarecer no que for necessário.
325. A **Presidente da Assembleia** informa que os pontos vão ser tratados em separado.
326. O **Membro Ricardo Videira** sugere que, tal como no ponto anterior, os pontos sejam debatidos em conjunto e votados em separado, de modo a ser mais rápido.
327. A **Presidente da Assembleia** concorda.
328. O **Membro José Leitão** refere que o senhor Presidente disse que estes protocolos/contratos interadministrativos davam resposta a uma solicitação que vem sendo colocada na Assembleia Municipal, nomeadamente pela Bancada da CDU, sobre os fundamentos para a transferência das verbas.
329. No da Landeira, na página 8 diz-se o seguinte “outras aquisições de bens e serviços necessários à execução das competências delegadas no valor de treze mil e duzentos euros”. Treze mil e duzentos euros representam 40% das verbas a serem transferidas e aparece numa rubrica de outras aquisições. É a mesma coisa que continuar a não dizer para que é que é o dinheiro, não há diferença nenhuma.
330. Além do mais diz também que, a forma como é justificada a transferência de verbas em recursos humanos, na página sete ponto 2 a) “de total de nove mil euros, com 50% de um vencimento de um assistente operacional do quadro de pessoal da Junta de Freguesia e 25% de vencimento de um assistente técnico do quadro pessoal da Junta de Freguesia, pressupõe-se que estas pessoas que estão na Junta de Freguesia, que a Junta de Freguesia tem as lá e não têm trabalho para elas e por isso a Junta de Freguesia vai afetar estas pessoas a este contrato interadministrativo.
331. Ou seja, estas pessoas já existem na Junta. Têm desenvolvido o seu trabalho na Junta. Tendo a Junta trabalho para elas e por isso não faz sentido agora vir a Junta a transferir verbas para pagar salários destas pessoas, porque não traz mais-valia nenhuma.
332. A Bancada da CDU continua a aguardar que o senhor Presidente mostre o tal estudo que diz ter feito em 2014 e que fundamenta os custos dos contratos e, conseqüentemente, a transferência de competências como sendo uma mais-valia para a Câmara Municipal. O senhor Presidente é que o disse que tinha, a Bancada da CDU continua a aguardar.
333. Uma última nota; na página 7, a alínea C diz “aquisição de serviços para Limpeza de fossas”, no valor anual de sete mil e oitocentos euros” ou seja, até agora esta alínea não existia nos contratos dos anos anteriores. Gostariam de ser esclarecidos em que é que consiste esta alínea.

334. Pensa que até a Câmara, ou seja neste caso, vai transferir verbas para a Junta para depois requerer a terceiros a prestação do serviço. Não sabe se será isso que está previsto, mas agradecia ser esclarecido.
335. O **Membro Vítor Serrano** faz uma introdução relativamente aos oito mil euros. Para se ficar minimamente esclarecido, 25% representa 1,75 horas por dia de trabalho, 7 horas por dia. Portanto, 25% é um quarto, representa uma hora e 75 por dia do colaborador outro representa 3h30 o que é que estes colaboradores fazem de serviço para a Câmara Municipal.
336. Uma das funcionárias vai ajudar os almoços na escola primária. Depois tem o pagamento das refeições escolares, que são todos feitos na Junta de Freguesia. Tem o pagamento dos passes que são todos feitos na Junta de Freguesia. A recolha do dinheiro, a gestão e os mapas que são feitos na Junta de Freguesia. As entregas de dinheiro em mão, ou seja na Câmara Municipal, são feitas pelos colaboradores.
337. Ou seja, estes 50% e estes 25% não o vão quantificar o que seja o vencimento base de uma pessoa, isto tem seguros, tem descontos tem tudo, ou seja, dizer é 24,75, é 25,25, pode ser mas 25 acha que é o mais correto.
338. Estes valores já vêm baseados nos contratos e no que sabem do tempo que as pessoas ocupam diariamente com trabalhos relacionados com a Câmara Municipal e, nesse sentido, não é que não tenham trabalho para as pessoas. As pessoas estão lá, têm trabalho e tanto que têm trabalho que está justificado o porquê do que é que necessitamos e têm, os relatórios trimestrais, têm os relatórios anuais. Está lá e também está perfeitamente disponível para a valorização e dizer, quantificar o que gasta portanto destes oito mil euros.
339. Uma nota do **Membro Tiago Aldeias** é que sentiu “umas facadas” se é que se pode utilizar esta expressão, quando ouviu o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Landeira, que é um trabalhador tal e qual como ele, repetir tantas vezes a palavra colaborador, quando isso nem sequer existe no código de trabalho, nem em lei nenhuma.
340. As pessoas são trabalhadores não são colaboradores, sentindo-se pressionado, ainda por cima por ouvir um trabalhador igual a ele a falar em colaborador.
341. O **Membro Vítor Serrano** diz ser um trabalhador, mas acima de tudo a função que desempenha na empresa onde está é de um colaborador e é como sempre foi habituado. Como tal, trata todos os seus colaboradores, como colaboradores e não trabalhadores, mas não sabe o porquê “dessas facadas” de o tratar como colaborador.
342. O **Presidente da Câmara** refere que não acredita e pede desculpa ao Membro Tiago, mas não viu que os funcionários das Juntas de Freguesia estejam lá sem fazer nada e, portanto, as missões que as Juntas de Freguesias têm, no âmbito do contrato, têm que ser ressarcidos, e pede desculpa mas funcionários, colaboradores, trabalhadores, pessoas que executam tarefas, chamem-lhe o que quiserem, estão todos a falar do mesmo e acha que não foi de valor acrescentado a intervenção.
343. Mas, a verdade, é que os funcionários alocados a esta missão ou os colaboradores, estão lá porque tem a Junta de Freguesia esta competência há vários anos, além da missão da Junta de Freguesia, ou seja, a Junta tem os serviços deles, têm competências próprias e precisam de x pessoas.
344. Com este leque que o Presidente da Junta de Freguesia de Landeira apresentou, é óbvio que uma pessoa não consegue dar conta de tudo, isto era do mais básico e tem que alocar do seu tempo a esta competência.
345. Em relação à limpeza de fossas, em justificação à pergunta que fez, houve uma lacuna de recursos humanos há 2 anos com a aposentação de uma pessoa e foi neste momento contratada uma pessoa pela Junta de Freguesia como aquisição de serviços para fazer uma parte do horário neste trabalho, sendo essa a justificação.

346. Em relação aos treze mil e duzentos euros é tudo aquilo que não está nos outros pontos antes, ou seja, as competências têm manutenção de equipamentos de espaço público, tudo o que é manutenção de equipamentos que a Junta de Freguesia tem que contratar, manutenção da Escola Primária, tintas. Portanto, tudo o que é manutenção do próprio Cemitério da Freguesia. há um conjunto de competências que são alocadas à Junta que exigem bens e serviços e, portanto, ao longo do ano acredita que não é muito dinheiro, face àqueles que são os custos que têm.
347. Portanto justificar porque é uma verba grande, de facto não tem detalhe. Não iam detalhar dez latas de tinta, ou seja, não ia entrar por esse detalhe mas pode explicar, que é essa a sua missão aqui também, que é tentar explicar aquilo que aqui está.
348. O **Membro Ricardo Videira** refere que realmente nesta Assembleia o perfil ideológico hoje está particularmente vincado entre “sacos, facadas” e mais algumas coisas, referindo-se ao Membro Vitor que tanto preza em centrar-se no debate naquilo que interessa, nunca o tinha ouvido a perder-se tanto como hoje nesta Assembleia, chamando-o para se centrar naquilo que realmente é importante, que é o protocolo da delegação de competências.
349. Dizer tendencialmente que a Bancada é a favor dos protocolos de delegação de competências e que, tencionam, obviamente votar a favor também destes dois protocolos, mas não lhes ficaria bem deixar passar esta discussão sem deixar um repto à Camara Municipal, porque há um histórico que os precede e é um histórico de incumprimento de um protocolo. Os protocolos têm que ser cumpridos e a sua intervenção é no sentido de referir que o protocolo que foi assinado para 2018 não foi cumprido entre as partes. Irão votar este favoravelmente na expectativa de que efetivamente em 2019 ele venha a ser cumprido.
350. O **Membro Tiago Aldeias** agradece ao Membro Ricardo Videira porque ia fazer uma intervenção daquele género, que puxou um assunto que não tinha nada a ver com o ponto do debate, ou que indiretamente tinha a ver, e o Senhor Presidente da Junta da Landeira que há pouco tinha criticado um desvio do tema acabou por “surfear a onda” e aproveita para repetir que colaborador não existe na legislação em Portugal. Por enquanto, são trabalhadores.
351. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 6.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 da PSD) e 6 abstenções (CDU), **aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Landeira.**
352. O **Membro José Leitão** em nome da Bancada da CDU apresenta uma declaração de voto em que a Bancada da CDU se absteve, porque considera que o contrato interadministrativo que vem a esta Assembleia apresenta os trabalhadores da Junta de Freguesia de Landeira como se estivessem subaproveitados, não acreditando que aconteça e continuam por não esclarecer as razões da transferência da verba para a Junta de Freguesia.

7.º Ponto – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS

353. O **Membro José Leitão** refere que se congratulam com a Câmara Municipal por acompanhar no contrato, a opinião da CDU em relação ao que diz respeito à limpeza do Parque Industrial de Vendas Novas, ou seja, vão afetar 2 dias de trabalho por mês dos 13 trabalhadores, para executar essa tarefa.
354. No plano “Vendas Novas + Limpa” aparecia uma prestação de serviços para a realização dessa atividade. É evidente que isto levanta um problema porque 13 trabalhadores 2 dias no Parque Industrial representam menos 26 dias, por isso acaba por faltar 1 trabalhador para cumprir com o plano “Vendas Novas + Limpa”, mas congratulam-se com isso.

355. Assistem à mesma questão da Junta de Freguesia, ou seja a Câmara propõe transferir verbas para pagamento de salários de dois assistentes operacionais e 2 a 50% e 2 a 100%, o que representa qualquer coisa como 85% das verbas a transferir para a Junta de Freguesia.
356. E dentro da linha da declaração de voto que apresentaram, consideram que estes trabalhadores que se encontram na Junta não estão certamente subaproveitados. Consequentemente, não lhes parece esta justificação plausível para justificar o contrato interadministrativo de delegação de competências e, à imagem do que disseram anteriormente, continuam à espera do tal estudo de 2014.
357. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 7.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 da PSD) e 6 abstenções (CDU), aprovar o Contrato de Delegação de Competências do Município de Vendas Novas para a Junta de Freguesia de Vendas Novas.**

8.º Ponto – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VENDAS NOVAS

358. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
359. O **Presidente da Câmara** refere que, sendo uma questão da responsabilidade direta da senhora Vice-Presidente Elsa Caeiro, pede que a mesma esclareça a Assembleia, relativamente à ARU.
360. A **Vice-Presidente Elsa Caeiro** saúda todos os presentes e informa que a Câmara Municipal a 5 de setembro de 2018, deliberou dar início à realização do projeto “Plano Estratégico de Reabilitação Urbana”. No decurso dos estudos de caracterização e também da elaboração da estratégia desse plano estratégico percebeu-se que havia necessidades de fazer ajustes à delimitação da ARU, nomeadamente incluir algumas zonas que pareciam estratégicas em termos de Reabilitação Urbana e excluir outras que pareciam que já seriam mais consideradas expansão urbana e não faria sentido incluir na delimitação desta área, daí ter-se decidido e vir propor à Assembleia, a aprovação de uma nova delimitação da área de Reabilitação Urbana.
361. O que acha importante aqui destacar é que esta delimitação vai atribuir um conjunto de benefícios financeiros e fiscais aos proprietários que pretendam fazer intervenções de Reabilitação Urbana e vem também clarificar o que não era claro. No fundo, quais são as intervenções apoiadas nesta área de Reabilitação Urbana.
362. Caso a Assembleia decida aprovar esta área de Reabilitação Urbana, a mesma deve ser enviada para publicação em Diário da República e deve ser remetida para o IRU e, deste modo pensa ter destacado os objetivos principais desta delimitação, sendo que o objetivo principal será requalificar o espaço público e atingir a sustentabilidade territorial. O que importa é sobretudo destacar a importância da sustentabilidade territorial, de contrariar a expansão urbana e de promover a Requalificação Urbana.
363. O **Membro Tiago Aldeias** salienta que na documentação entregue aos Membros há alguma dificuldade em conseguir vislumbrar e perceber a delimitação da área de Reabilitação Urbana.
364. O **Membro José Leitão** refere que o que é importante é o alargamento da área de Reabilitação Urbana. A anterior de 2015 era de 157 hectares, nesta é de 162 hectares e a acompanhar a intervenção do colega porque, neste documento o deste ano não tem leitura e o de 2015 e 2014 tinham leitura. O que foi entregue nesta assembleia não.
365. Agradece que se pudessem fazer chegar o documento com leitura era importante.
366. O **Presidente da Câmara** garante e pede desde já aos serviços para o fazerem. As cópias estão a preto e branco, mas no documento digital estão a cores.

367. O Membro José Leitão deve ter recebido, o envio digital a cores, está num CD. Julga que é enviado para todos os Membros. Não sabe se estará mas devia estar, de qualquer forma isso resolve-se facilmente.
368. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 8.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas.**

9.º Ponto – ALTERAÇÃO DO EMPRÉSTIMO BANCÁRIO NO MONTANTE DE 430.00€ PARA FINANCIAMENTO DOS PROJETOS “CAMPO DE FUTEBOL SINTÉTICO” E “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ENTRADA SUL”

369. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
370. O **Presidente da Câmara** refere que já frisou este tema aquando do orçamento. Basicamente o que vem para deliberação da Assembleia Municipal, já o tendo sido deliberado na Câmara, é a possibilidade de mobilização por mais 90 dias do empréstimo bancário para a execução e pagamento do campo sintético. É uma alteração contratual.
371. O **Membro Custódio Vale de Gato** discorda um pouco daquilo que foi afirmado pelo senhor Presidente. Não é só isso que se está a analisar, estão a analisar um pouco mais do que isso. É a utilização da última tranche do empréstimo e gostariam de ter um esclarecimento.
372. Do empréstimo, o que é que já foi utilizado e o que é que constitui a última tranche a ser utilizado e se é a última tranche, isso pressupõe que já há uma parte utilizada. Se está utilizada, quanto e onde é que está aplicada, esse quanto que eventualmente terá sido utilizado.
373. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que quando falou em mobilização do empréstimo não detalhou tranches. Portanto, o empréstimo global passa a ter um prazo de mais 90 dias para poder ser mobilizado, obviamente na sua última tranche.
374. Até ao momento, a informação de que dispõe é que foram mobilizados os onze mil euros para o projeto, ou seja, a obra foi adjudicada, começou agora, ainda não ouve pagamentos que utilizem esta verba e, portanto, não tem informação neste momento disponível para dizer se já foram hoje alguns pagos. A última tem a certeza que foi para o projeto - onze mil euros.
375. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 9.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar a proposta de alteração ao contrato de empréstimo celebrado com a “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre o Tejo e Sado, C.R.L.” e aprovar a respetiva minuta da alteração ao contrato.**

10.º Ponto – CONTRATO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO ÂMBITO DA CIMAC

376. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
377. O **Presidente da Câmara Municipal** tem para apresentar à Assembleia Municipal um documento de alteração dos compromissos plurianuais assumidos na última reunião. Basicamente, foi-lhes comunicado pela CIMAC que a previsão de execução deste ano já não era real e, portanto, houve um ajuste nos compromissos plurianuais um ano para a frente.
378. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 10.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, **aprovar o compromisso**

plurianual associado ao contrato de eficiência energética no âmbito da CIMAC, no montante total de 2.107.958€, com a seguinte distribuição anual: 2019 – 46.844€; 2020 a 2030 – 187.374€ ano.

11.º Ponto – PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA “OSCAR”

379. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 11.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
380. O **Presidente da Câmara** refere, antes de mais, e não pode fazer no período antes da ordem do dia, emitir um pedido de desculpa às bancadas “queixosas”, porque o convite que deviam ter recebido não era esse. Esse convite era para ser enviado na próxima segunda-feira, obviamente, depois da aprovação do Regulamento ou não.
381. O convite que deviam ter recebido e sabe que alguns elementos não o receberam em casa, era para amanhã, obviamente, para a inauguração do Parque de Desportos Radicais, porque vieram alguns devolvidos e queriam entrega-los em mão e, portanto, fica o pedido desculpas em relação à troca de convites.
382. O que está na mesa como documentação de apoio complementar é um folheto que é meramente informativo e um resumo daquilo que é o ponto.
383. Mas para falar sobre o OSCAR e sobre o Gabinete de Pequenas Reparações, passa a palavra à Vereadora Ana Barros para apresentar mais alguns detalhes.
384. A **Vereadora Ana Barros** saúda todos os presentes e refere que de facto optaram por trazer um folheto ilustrado, meramente informativo e, em resumo do regulamento que vem à reunião.
385. O folheto resume os pontos principais, nomeadamente trata-se de uma oficina solidária ao domicílio. É um projeto que venceu o Orçamento Participativo, que estão a implementar também no seguimento da vontade daquela que foi a votação das pessoas, virado para quem tem algum tipo de fragilidades sociais, económicas ou familiares e está direcionado também, e que vai ser avaliado, os acessos por um conjunto de critérios, nomeadamente, os rendimentos familiares, a presença ou não de doença crónica, incapacidade, situações de fragilidade social, como desemprego etc.
386. Portanto, vai ser um serviço prestado. São pequenas intervenções e será requisitado junto do Serviço de Desenvolvimento Social.
387. O **Membro José Leitão**, em relação a este programa já se referiram a ele no ponto dos documentos provisionais. No entanto, há aqui algumas ressalvas que gostariam de abordar.
388. No ponto 1, na alínea B, diz “portadores de doença crónica devidamente comprovada”, ou seja por exemplo, uma pessoa que sofra de asma tem uma doença crónica, ou seja fica aqui. A doença crónica é pouco limitativa, é muito abrangente e cabe aqui muita coisa, o que se calhar, não é o espírito do próprio regulamento.
389. Na alínea C, diz portadores de incapacidade devidamente comprovada, com base na incapacidade igual ou superior a 75%. Normalmente, os valores que se apontam são de 60% e não de 75 %.
390. No ponto 3, do artigo 4.º, diz que para além dos casos referidos no número 1, o Município de Vendas Novas poderá com a Câmara Municipal e a título excepcional, abranger outros beneficiários mediante proposta devidamente fundamentada e comprovada pelo Serviço de Desenvolvimento e Apoio Social. Ou seja, é o dito pelo não dito. Faz-se o regulamento e depois arranja-se uma exceção.
391. No artigo 5.º, no ponto 2, diz no “âmbito do programa ORCAR podem ser executadas reparações e/ou intervenções não previstas no número anterior sempre e quando as mesmas serão consideradas

necessárias e imprescindíveis à garantia das condições mínimas de salubridade ou de saúde do Município e ao seu agregado, cá está outra vez o dito pelo não dito.

392. No 4.º diz “sem prejuízo do disposto no número anterior podem também ser fornecidos pelo Município a título gratuito pequenas peças”, ou seja, faz-se o regulamento e dentro do regulamento arranjam-se as exceções para justificar outro tipo de intervenções. Ou seja, não parece correto apresentar isto no Regulamento, porque isto é o regulamento e o seu contrário.
393. O **Presidente da Câmara Municipal** passa a palavra à Vereadora Ana Barros.
394. A Vereadora Ana Barros informa que as situações de doença crónica são imensas e muito variadas, mas quase todas elas têm um denominador comum. Não é incapacidade ou talvez seja, porque a asma pode não ter uma incapacidade motora, mas tem uma incapacidade funcional enorme.
395. Mas, têm quase todas, uma questão que as caracteriza e que prejudicam em muitas as pessoas que é a necessidade de medicação muito dispendiosa e muito frequente e se repararem no Regulamento, para além da situação da doença crónica e para além de qualquer um dos outros critérios aqui numerados, o beneficiário deste programa terá de, em primeiro lugar, apresentar baixos rendimentos.
396. Portanto, o primeiro critério será sempre a avaliação no que toca à parte financeira e a incapacidade financeira e depois então qualquer um dos outros critérios e a doença crónica de facto pode enquadrar-se de várias maneiras e daí terem deixado ou terem trazido aqui esta proposta o mais abrangente possível, porque há doenças crónicas. Não só as motoras são incapacitantes.
397. As outras questões de regime de exceção que são colocadas são no entender do Executivo necessárias neste Regulamento. Trata-se de uma área de intervenção social e que muito rapidamente as pessoas podem ver alterada a sua condição social, económica, familiar e que, de facto, às vezes é necessário um regime de exceção e todos sabem que de um momento para o outro, situações associadas a inúmeros fatores sociais e familiares alteram de tal maneira a vida das pessoas, que é indiscutível a necessidade de apoio e, portanto, quiseram de propósito, deixar aqui um regime que permita não deixar de fora situações que são fundamentais de resolver na hora. Pensa que o Membro José Leitão conhece até de perto esta área, sabe que é assim que funciona. Portanto é esta a proposta que trazem.
398. Respondendo à parte da aquisição das pequenas peças que também foi inumerada para o regime de exceção, as pequenas peças ou pequenas utensílios, aquilo que for necessário, são coisas que na ida à casa do idoso ou de um beneficiário, se for necessário mudar uma lâmpada e se o casquilho também precisar de ser mudado, com certeza que o casquilho pode ser fornecido. São coisas básicas que a Câmara Municipal poderá providenciar na hora sem grande dificuldade.
399. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 11.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do PSD) e 6 abstenções (CDU), aprovar o Projeto de Regulamento do Programa OSCAR (Oficina Solidária em Casa – Apoio nas Reparações).**

12.º Ponto – PROJETO DE “REGULAMENTO DO SISTEMA DE UTILIZAÇÃO DE BICICLETAS DE USO PÚBLICO DE VENDAS NOVAS – PRINCESINHAS”

400. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 12.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
401. O **Presidente da Câmara Municipal** em relação às Princesinhas, refere que aquilo que está detalhado no Regulamento e que veio à Assembleia Municipal depois da discussão pública em que não houve qualquer proposta, é um espelho de um projeto que é piloto e assumem isto claramente. É como um teste numa ótica de aposta na área da mobilidade sustentável, e este teste surge no âmbito do Orçamento Participativo e surge também, depois de uma profunda análise que fizeram a alguns sistemas, a municípios da mesma dimensão e dá o exemplo de um caso muito recente, do Município de Coruche que implementou todo um sistema de bicicletas elétricas, com valores substancialmente

diferentes de investimento. No caso de Coruche, as bicicletas são elétricas com boxes, com pagamentos de cauções automáticos, com terminal multibanco e que, segundo o próprio município, no início foi muito procurado e utilizado e agora obviamente deixou de ser novidade e é muito pouca a procura, ou seja, não é o que pretendem.

402. Coruche financeiramente e felizmente não está como está o Município de Vendas Novas. Teve financiamento comunitário para o fazer e o nosso Município não. Portanto, aquilo que querem fazer é um teste a uma área que sabem ser muito querida dos Vendasnovenses, há algumas décadas atrás. Aproveitando também o relevo ótimo que temos para o uso das bicicletas mas de alguma forma querem experimentar, querem perceber se os Vendasovenses utilizam, se têm essa predisposição e se obrigarão a Câmara, e isso era um bom indicador, no futuro a ampliar este projeto, a rever este projeto e a dotá-lo de uma nova ordem orgânica.
403. Portanto, este Regulamento é experimental, que seguiu como base outros regulamentos do mesmo género noutros municípios e que basicamente prevê a colocação, para já nesta fase experimental, de 8 bicicletas: 5 no serviço de desporto e 3 junto ao edifício da Câmara Municipal, que poderão ser utilizadas de acordo com o que está previsto em sede regulamentar e dado não ter havido participação, no âmbito da discussão pública, avançaram com ele, já foi aprovado na reunião de Câmara e agora cabe à Assembleia pronunciar-se.
404. O **Membro Ricardo Videira** refere que é de saudar, obviamente, a implementação deste tipo de medidas, mas na linha daquilo que o senhor Presidente estava a dizer e bem, o enquadramento que faz visa a melhoria da mobilidade, criação de conceito mobilidade dentro do Concelho, mas a forma como está constituído o sistema com duas estações, a seu ver permite apenas utilização de bicicletas para fins lúdicos, e a forma como está que, se o objetivo fosse mobilidade teria que haver várias estações distribuídos pelo Concelho para que as pessoas pegassem na bicicleta e depois depositassem junto do local onde as teriam de colocar.
405. A pergunta que têm para fazer é precisamente neste sentido. Se está projetado uma rede de mobilidade associada a estas bicicletas ou se é efetivamente o conceito associado a fins lúdicos que, no fundo, é o que está plasmado pelo projeto que apresentou.
406. O **Membro José Leitão** salienta que se lê no documento produzido pela Câmara Municipal em agosto de 2015, chamado “Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Vendas Novas” na sua página 18, “que de modo a afirmar a utilização da bicicleta com uma alternativa eficiente para transporte urbano, é configuração da rede clicável deve permitir a ligação entre as zonas residenciais e o centro urbano, os principais polos passíveis de gerar deslocações em bicicletas, equipamentos escolares, desportivos e de lazer, polos de emprego e os interfaces de transporte”, tendo sido um documento produzido pela Câmara em 2015.
407. Percebe que o senhor Presidente tenha as dúvidas sobre o que é que vai dar isto, que não aconteça como em Coruche.
408. É evidente que Vendas Novas não tem como na cidade de Lisboa, carros e bicicletas motorizadas e agora trotinetes para se deslocarem. Diga-se em bom da verdade, cada vez há mais pessoas a andarem de trotinetes em desfavor dos outros meios, sendo o que vê e percebe tudo isso e é evidente que acompanha a intervenção do Membro Ricardo Videira, quando diz que, isto não cumpre para lá do objetivo do lazer, porque assim, se a pessoa tem 4 horas e se tem que ir a um sítio buscar a bicicleta e entregar a bicicleta nesse mesmo sítio, dentro de um horário que há-de ser em princípio o horário dos serviços, quem se quiser deslocar, por exemplo, para o Parque Industrial numa bicicleta não tem essa hipótese.
409. E é sabido que vê-se por exemplo, pessoas às 6:00 da manhã e 6:30 da manhã a deslocarem-se a pé a caminho das fábricas, que começam a laborar antes das 7:00 e às 7:00 e que, seriam eventualmente potenciais utilizadores do serviço. Mas também percebe o contrário, que é a Câmara ir fazer o investimento em uma coisa muito mais complexa que são aquelas bicicletas elétricas que se encaixam

naquele modo como a gente vê na cidade de Lisboa. Isso teria custos elevados, não tínhamos dúvidas nenhuma aqui sobre isto.

410. E, como tal, sendo um carácter experimental que está aqui, a Bancada da CDU, não indo votar favoravelmente o mesmo, vai se abster, mas entende por um lado as limitações apresentadas pela Câmara em relação ao projeto mas também, entende o tal plano de mobilidade urbana sustentável de Vendas Novas que se calhar a Câmara devia ter olhado para ele quando idealizou e não olhou.
411. O **Presidente da Câmara Municipal** respondendo à questão, afirma que o objetivo não é só para efeitos lúdicos e dando um exemplo muito concreto que também é interno da Câmara Municipal, as 3 bicicletas que ficarão junto ao CAP, ou seja, Centro de Atendimento ao Público, não têm muita dúvida que os próprios colaboradores nas deslocações que fazem na cidade em horário laboral ou à hora de almoço, por exemplo, serão potenciais utilizadores. Este não é um fim lúdico.
412. No Parque Desportivo podem colocar-se várias questões. No verão, os turistas que visitam a cidade por causa das Piscinas Municipais e que são muitos. Pode-se colocar a questão dos alunos da própria escola e aí sim só com carácter mais lúdico. A questão é que tinham que experimentar de alguma maneira e, não fecham a porta a nenhum tipo de utilização. Tinha que criar regras de utilização, como não pode deixar de ser, e também não querem, e revê-se nas fotografias da década de 40/50 de se calhar umas dezenas, centenas de pessoas de bicicleta a irem fazer ligação para a Fiat, para a Batista Russo e essas fotos, de facto, lembram-nos que Vendas Novas tem um relevo perfeito para o uso da bicicleta.
413. Em relação à estratégia, conhecem a estratégia e estão a fazer os investimentos necessários para que a mesma possa ser aplicada. A Avenida 25 de abril faz uma ligação de pista clicável, entre a que existia em frente ao Parque Desportivo e envolvente da superfície comercial Continente que ali existe e está previsto, no futuro, quando terminarem o investimento naquela zona que ela continue até às escolas, fazendo uma ligação perfeita para a utilização da bicicleta, da trotinete, skate, o que se quiser usar, como meio alternativo de deslocação, que não o carro, ou que não qualquer outro meio de combustíveis fósseis e, portanto, aquilo que querem é isso.
414. A estratégia está bem desenhada, a criação de perímetros de ligação é óbvia, agora são investimentos que têm que se ir fazendo, também não conseguem fazer de repente, para fazer bem e o caso da Av. 25 de abril, foi um mau caso de criação de ciclovia, já foi referida muitas vezes, com uma má candidatura, em “cima do joelho” que colocou a ciclovia onde ela não devia estar nunca e, portanto, o cuidado que vão ter é em frente ao Centro de Saúde, em frente aos prédios. É o cuidado que vão ter que ter no futuro quando projetarem e planearem o território, o fazerem com os cuidados necessários para não cometer erros.
415. E há ruas na cidade onde não é possível ter uma Ciclovia. Há ruas da cidade, o casco mais antigo da nossa cidade, não permite ter pela própria característica que tem.
416. Agora, é um trabalho que vão fazendo e portanto não há aqui desalinhamentos. Há de facto um aspeto que foi frisado e que sublinha, que é um aspeto que esperam evolutivo. Era muito bom sinal, era sinal que estas 8 bicicletas tivessem realmente utilização que não fosse só no momento em que é novidade o programa, mas que fossem de facto utilizadas, que obrigassem a daqui a uns meses ter mais bicicletas, mais postos. Por exemplo, têm programado numa perspetiva evolutiva junto à Biblioteca e ao Jardim Municipal, junto a algumas zonas de maior densidade populacional, nomeadamente, residências. Agora, esse caminho é o passo a seguir.
417. Primeiro “gatinhamos”, depois andamos, para depois correr e é isso que estão a tentar fazer com este programa, dando os passos certos, firmes e seguros.
418. O **Membro Ricardo Videira** na linha daquilo que o senhor Presidente disse, compreendem que a estratégia seja por etapas. A recomendação e o alerta que fazem é que, é muito importante que a primeira etapa seja exequível e que ela não comprometa as etapas seguintes, porque se ela for mal

executada, pode hipotecar aquilo que seria um projeto com futuro, com sucesso e com continuidade, que seria aquilo que é desejável. É importante, saber até que ponto é que acontecerá.

419. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 12.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), **aprovar o Projeto de “Regulamento do sistema de utilização de bicicletas de uso público de Vendas Novas – Princesinhas”**.

13.º Ponto – REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DO ALENTEJO CENTRAL (RIBAC) – PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA OS UTILIZADORES DAS BIBLIOTECAS DA RIBAC

420. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 13.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
421. O **Presidente da Câmara Municipal** sendo um assunto que está mais na área da cultura, passa a palavra à Vereadora Ana Barros.
422. A **Vereadora Ana Barros** esclarece que esta rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central - RIBAC, sentiu necessidade da criação de um grupo de trabalho técnico e é do trabalho destes técnicos, que nascem estes dois documentos. Vai abordá-los em conjunto. O intuito é haver atividade em rede, portanto potenciar em rede no Alentejo Central, a atividade de empréstimo de livros, de outras atividades em rede entre todos os municípios e também uma tentativa de uniformizar os procedimentos. Todos estes municípios vão levar, aos seus órgãos competentes, estes dois documentos: um que diz respeito mais ao funcionamento da biblioteca em si e entre bibliotecas, e um outro que mais virado para os utilizadores das bibliotecas, onde são focados direitos, deveres, entre outras questões. Portanto, são os dois documentos muito claros e muito simples e todos os municípios vão levar aos órgãos competentes, para que entre em funcionamento tudo, de uma forma uniforme e em rede.
423. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o prolongamento do Período da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido **aprovado**, por **unanimidade**, por **mais 1 hora**.
424. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 13.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, **aprovar a Proposta de Regulamento para os utilizadores das Bibliotecas da RIBAC**.

14.º Ponto – REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DO ALENTEJO CENTRAL (RIBAC) – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS DA RIBAC

425. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o 14.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado**, por **unanimidade**, **aprovar a Proposta de Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas da RIBAC**.

15.º Ponto – PLANO DE ATIVIDADES, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DE 2019 DA AMGAP

426. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 15.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.
427. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que este ponto vem na sequência de uma obrigação que têm perante o órgão deliberativo que era dar a conhecer a cada um dos Membros da Assembleia aqueles que são os documentos previsionais e depois, mais tarde, a prestação de contas das participadas da Câmara Municipal, no caso a AMGAP, sublinhando uma questão que diz diretamente respeito à Câmara, que tem a ver com o reforço do capital social da AMGAP que está previsto, que

está em contrato de gestão e que será feito na ordem de grandeza dos quarenta e três mil euros no próximo ano.

428. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

16.º Ponto – DESIGNAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

429. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que, nas pastas, os Membros da Assembleia Municipal têm um louvor público que foi enviado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vendas Novas à cidadã Paula Bolona, que deixou voluntariamente a Comissão.
430. Como tal, foi pedido pela Comissão da CPCJ a nomeação de um novo cidadão ou de uma nova cidadã.
431. A Assembleia propõe uma cidadã, a Cláudia Sofia Dias Mateus, licenciada em enfermagem. Esta cidadã já fez parte da comissão da CPCJ como representante da Comissão de Pais, sessando as suas funções em Setembro, tem vontade de continuar a pertencer à Comissão, assim como a CPCJ acha que é uma mais-valia ela continuar.
432. O **Membro Ricardo Videira** informa que os Membros da Assembleia do PSD, naturalmente que acompanham o nome proposto pela Assembleia, mas referem duas notas relativamente a esta questão.
433. Uma prévia, que neste tipo de designações, sugerem que passem a ser o primeiro ponto da Assembleia Municipal para que as pessoas não tenham que ficar mais tempo do que aquilo que efetivamente será necessário.
434. É uma segunda questão, que lhe parece também relevante. Havendo nomes em causa se possível debate-los pelas Bancadas antecipadamente. Terão todo o gosto em tomar conhecimento que lhes preste essa informações antes e acompanharão com mais facilidade, do que estarem a receber a informação na Assembleia e a votá-la sequencialmente. Acompanharão a votação pela confiança que merece, mas gostariam que numa futura ocasião, os informassem antecipadamente.
435. O **Presidente da Câmara Municipal** junta o Executivo Municipal ao louvor feito pela Assembleia à cidadã Paula Bolona indicada também pela Assembleia Municipal, pelo acompanhamento e conhecimento que tiveram da missão que desempenhou na CPCJ. Foi determinante e gostavam, de em nome do Executivo da Câmara Municipal de se juntarem a esse louvor a essa cidadã cuja perda muito lamentam.
436. O **Membro José Leitão** realça que quando viram o 16.º ponto, nomeação de um cidadão eleitor para a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e nos documentos enviados à Assembleia Municipal não aparecia nada sobre este assunto, ficaram numa situação ingrata, sem saber o que fazer.
437. É apresentado um nome, é apresentado o voto de louvor e acompanham, como é evidente e nem noutra posição poderiam estar, mas não têm nada, não têm nenhum documento que diga que haja uma proposta, seja de quem for, do nome da pessoa a apresentar para ocupar o lugar, não há nada.
438. Se vão votar uma pessoa, mas que não existe qualquer documento que fundamente essa votação, não querendo ser um “empecilho” para a resolução do problema, mas parece-lhes que não é de longe a melhor forma de tratar o assunto, ou seja, sabiam que havia este ponto, era de bom-tom que essa informação tivesse vindo para os Membros da Assembleia antecipadamente e acompanha novamente o que o membro Ricardo Videira disse que é de colocar este ponto logo no início e eventualmente, poder-se falar antes da Assembleia numa pequena reunião sobre o mesmo, sobre o nome da pessoa. Não havia mal nenhum. Não querem dificultar a situação por isso irão participar na votação.

439. **A Presidente da Assembleia Municipal dá razão às duas bancadas.** O nome foi-lhe apresentado por via telefónica, pela CPCJ, como tal, veio assim. Contudo deveria ter vindo por escrito e devia de ter enviado aos Membros.
440. Concorda e informa que futuramente será assim.
441. Informa também que a votação vai ser feita por voto secreto, por lista, bastando escrever sim ou não ou absterem-se.
442. Não havendo mais intervenções, **a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o 16.º ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido eleito, por voto secreto, com 17 votos a favor e 6 votos em branco, a cidadã Cláudia Mateus, para a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**

17.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

443. **A Presidente da Assembleia Municipal coloca à discussão o 17.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.**
444. **O Presidente da Câmara Municipal** informa que Executivo Municipal está disponível para perguntas, sendo que há duas questões que foram já colocadas, uma pelo Membro Tiago Aldeias sobre o Canil e a questão das AAF, embora esteja mais ou menos trabalhada, mas no que houver necessidade estão disponíveis.
445. Para falar do Canil, passa a palavra à Vice-Presidente Elsa Caeiro que é quem tem a pasta da área da veterinária, portanto acha que é ela que deve falar.
446. **A Vice-Presidente** informa que em relação à adaptação à Lei n.º 27 de 2016, a Câmara Municipal elaborou um Projeto de requalificação do Canil Municipal, lançou a empreitada de requalificação, motivo pelo qual os animais tiveram de sair do Canil, porque a obra foi adjudicada, só que a empresa não fez a obra. Por isso é que os animais depois voltaram ao canil.
447. Entretanto no presente dia, receberam também a notícia de que foi aprovada a candidatura que fizeram para a requalificação do canil e por isso irão reforçar a verba para a requalificação do Canil Municipal e assim ter mais possibilidades de fazer essa obra.
448. Mas, o que é importante destacar é que é realmente preocupação do Executivo, o bem-estar animal e perceberam que o espaço atual não tinha condições para acolher os animais. Além disso, têm uma limitação no número de celas, que não permite dar resposta a todas as situações e mesmo esta ampliação, que é aquela que pode ser feita, com um grande esforço do Executivo, de investimento para poder fazer esta obra não é o ideal mas é o possível e irá dotar o espaço de muito melhores condições, para garantir o bem-estar animal e poder prestar alguns serviços veterinários que neste momento, não têm espaço para serem prestados. Uma das questões que é também importante destacar é a implementação de um programa de esterilização de animais errantes. Neste momento, estão a fazer a esterilização de gatos em colónias, programa este também tipificado na legislação e que com as novas instalações do canil já se podem fazer alguns desses serviços no próprio Canil Municipal.
449. **A Membro Maria João** saúda os presentes e questiona o senhor Presidente, visto que não conseguiu ler na informação da Atividade Municipal nenhuma referência ao protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a entidade de ARS do Alentejo sobre a saúde oral, gostaria de saber em que dia e hora foi a cerimónia de assinatura do referido protocolo, pois acham que é um assunto de todo o interesse para Vendas Novas.
450. Questiona também sobre o Parque Infantil do Jardim Público. Pensa que o terem retirado aquele “dragão” que estava lá e que era um perigo foi correto, só que o brinquedo não está disponível, assim como os outros todos estão em muito más condições. Gostaria de saber se há algum projeto para o espaço.

451. O **Membro Tiago Aldeias**, na sequência da resposta da Vice-Presidente, informa ter duas dúvidas. Souberam hoje que foi aprovada uma candidatura, gostariam de saber a que entidade é que era essa candidatura e a outra, era se do orçamento de estado que falava, por iniciativa do Partido Ecologista “Os Verdes” havia a disponibilização de duas verbas, uma para a modernização ou para a criação dos centros de receção dos animais e outra para a esterilização.
452. Também no sentido de a Câmara poder recorrer a isso junto do Governo, seria importante uma vez que estão empenhados na solução do problema.
453. O **Membro José Leitão** realça duas notas: uma tem a ver com a informação à Assembleia Municipal em que não aparece nenhuma informação sobre a atividade do Gabinete de Psicologia e segundo, refere aquilo que habitualmente tem dito que na informação da atividade Municipal continua, apesar de ser muito genérico em alguns dos itens que aqui apresenta e solicitar ao senhor Presidente que se melhore esta informação de forma a que possam saber o que é que a Câmara realmente faz.
454. O **Presidente da Câmara Municipal** antes de passar a palavra às Vereadoras que têm as pastas, responde ao Membro José Leitão, que em relação a isto, transmitirá aos técnicos que não estão a fazer bem o trabalho e que devem reformular. Não sabe como, que já tentaram em todas as Assembleias ir ao encontro daquela que é a sua leitura, mas não sabe como é que vai dizer ao técnicos como é que têm que fazer, porque não percebe. Eram os quilómetros das associações, era o volume de massas betuminosas aplicadas nas estradas. Chega-se a um momento que não se percebe muito bem, acha que é só já por dizer, mas fica registado.
455. Em relação à pergunta da Membro Maria João, o Protocolo “Saúde Oral para todos”, foi assinado o protocolo de intenções em setembro com o Senhor Secretário de Estado da Saúde. Posteriormente, as ARS ficaram com a incumbência de elaborar o articulado dos protocolos que tinham que ir obrigatoriamente à Câmara Municipal antes de entrar em vigor e antes de serem assinados. Depois de aprovado em reunião de Câmara foi assinado. Neste momento, estão a aguardar o concurso nacional para os médicos dentistas e a calendarização da operação não está ainda definida.
456. Estão à espera agora de informações da ARS para se poder fazer parte do investimento de um projeto que consideram muito vantajoso para a população.
457. Em relação ao jardim, quer só dizer que essa peça, esse brinquedo, é reparada quase todos os meses e assim que é colocado no Jardim são partidos aqueles pernes laterais da lagarta/dragão, o que quer que seja.
458. O que se está a fazer neste momento para os parques infantis, é a preparação de um plano de requalificação de todos os parques. Há alguns que preocupam mais porque estão mais escondidos e são alvo de vandalismos muito fáceis e, portanto, têm essa preocupação.
459. Já foi pedido aos serviços para elaborar um plano, quantificar esse plano também. É importante isto para a requalificação dos parques, sendo que depois à aquela parte que não controlamos que é alocar-se os funcionários/colaboradores/trabalhadores a fazer a reparação, mas assim que colocam novamente no sítio, é vandalizado novamente. É um trabalho quase ingrato e inglório, mas que vão continuando a fazer, obviamente, que é de extrema importância para a segurança também das crianças.
460. Todas as semanas, há vistorias aos parques. Há pequenos melhoramentos que se vão fazendo, mas alguns deles precisam de um *refresh* completo. Em relação à questão colocada pelo Membro Tiago Aldeias passa a palavra à Vice-Presidente e no caso do Gabinete de Psicologia à Vereadora Ana Barros.
461. A **Vice-Presidente Elsa Caeiro** em relação à candidatura que falou, que foi aprovada hoje, foi feita para a requalificação do Canil Municipal no eixo da requalificação de existente. Também fizeram uma candidatura para o apoio à esterilização de animais. Também foi aprovada. Têm é uma série de

requisitos que têm de cumprir que não são muito fáceis. No entanto, têm ambas as candidaturas aprovadas, estão a avançar com ambos os programas com esterilização de animais e com a requalificação do Canil Municipal.

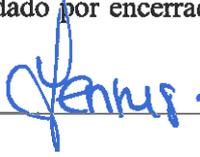
462. A entidade que aprovou a candidatura da esterilização foi a DGAV, a candidatura da requalificação e ampliação do Canil Municipal é aprovada por 3 entidades. A candidatura é feita à CCDR Alentejo. Trata-se de uma candidatura a nível nacional, cada Município candidata à CCDR da sua área, tem parecer da DGAV e é hierarquizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais, sendo que os pareceres e a troca de correspondência da candidatura propriamente dita é feita à CCDR.
463. A **Vereadora Ana Barros** esclarece que, em relação ao Gabinete Municipal de Psicologia, por lapso não vem de facto a descrição ou qualquer dado estatístico.
464. Nestes dois meses, o trabalho que tem sido feito é aquele que todos já conhecem do relatório também do ano passado. Dos primeiros 6 meses tem sido feito o acompanhamento de casos, no âmbito do acompanhamento psicológico, caso esses encaminhados por diversas entidades e também, o início da coordenação da equipa multidisciplinar no âmbito do Projeto “Mais Sucesso Escolar”. No entanto, tratará de enviar à senhora Presidente da Assembleia para fazer chegar essa informação a todos, uma pequena nota com a Informação Municipal acerca do Gabinete Municipal de Psicologia.
465. O **Membro Ricardo Videira** coloca também duas questões, uma sobre a Atividade Municipal e outra, sobre o quotidiano vendasnovense.
466. A primeira sobre a Atividade Municipal, souberam através de pessoas que lhe são próximas ou representantes do seu partido, que no caso do Conselho Nacional de Juventude, que tanto este Conselho, como o Conselho Municipal de Segurança reuniram esta semana. A pergunta que faz ao Presidente da Câmara é qual foi a última data em que reuniu com o Conselho Municipal de Educação.
467. Esse Conselho tem como regulamento e como pressuposto reunir no início do ano letivo e no final de cada período. Gostariam de entender, uma vez que a educação é uma área prioritária, como já foi referido para a Câmara Municipal, até que ponto é que tem reunido com frequência o Conselho Municipal de Educação e tem sido escutada a comunidade educativa.
468. Segunda questão, mais de âmbito local, tem a ver com o elevado número de furtos que se têm verificado em Vendas Novas. É uma preocupação da população em geral e gostariam de saber se a Câmara Municipal já se inteirou, ou se tem esses números, tem essa estatística e se, em articulação com a GNR, entende que os meios que existem à disposição são suficientes ou não, e se de alguma forma é necessário interceder junto do Governo para reforçá-los, ou se entendem que é suficiente pelo menos para já.
469. O **Presidente da Câmara Municipal** em relação ao Conselho Municipal de Juventude e ao Conselho Municipal de Segurança refere que têm mecanismos de funcionamento diferentes e também o de Educação.
470. O Conselho Municipal de Educação tem reunido sempre e quando a lei determina, na última vez para fazer o ponto de situação para o ano letivo, mas julga que em setembro, ou em agosto, foi na altura do arranque e agora vai reunir em janeiro que é a reunião normal, um para fazer um balanço do encerramento do ano letivo e o outro para fazer a preparação do futuro do ano seguinte.
471. Julga que foi na altura do verão. Não sabe precisar neste momento a data, mas assim que souber a transmite.
472. Em relação aos furtos, no último Conselho Municipal de Segurança, foi a grande temática e aquela que levou mais tempo além de outras questões que tem a ver com consumos, tem a ver com outros graus de riscos. Quanto aos números, não os poderá dar é matéria criminal.

473. Neste momento, estão Investigações em curso. O que pode dizer é mais do que estamos habituados e do que querem e portanto a questão que colocou, precisamente ao representante da GNR no Conselho Municipal de Segurança foi essa, foi que meios é que tinha, onde é que estavam a faltar e foi feito um ponto de situação claro sobre essa matéria.
474. Em primeiro lugar, em relação às infraestruturas não carecem de nenhuma intervenção. Em termos de equipamentos, a mesma coisa. Os meios são suficientes e dão conta do recado. Já em relação a meios humanos são insuficientes, por dois motivos. O primeiro porque abriu um concurso nacional antes da época de incêndios florestais para o GIP's, uma Força Especial da GNR, para o acompanhamento também aos incêndios florestais e a questões relacionadas com a Proteção Civil mas não só. Tem outro âmbito também de atuação, mas promoveu a saída de alguns militares da Guarda Nacional Republicana do nosso posto territorial.
475. Portanto, o ponto de situação de ligação aos furtos é que não pode ser feito. Isto é claro ou seja não quer dizer que se tivessem mais guardas, os furtos não aconteciam. É um foco de tensão pontual, até identificado pela população e portanto com a matéria criminal que está a decorrer, em princípio tudo se resolve.
476. O que não inviabiliza que tenham um papel a desempenhar nisto e foi o que fez de imediato, que foi ligar para o Gabinete do Ministro da Administração Interna e dizer que os meios de que dispunham em termos humanos, eram claramente insuficientes e, portanto, dado o risco associado em matéria de segurança no Concelho de Vendas Novas, fizeram automaticamente o pedido de reforço de meios na componente política e depois na componente militar de distribuição destes meios. Obviamente agora isto não pode ficar com conversas, e seguirá para o Ministério da Administração Interna um ofício, na segunda-feira, para solicitar este reforço de meios que é estimado em cerca de 5 a 6 homens.
477. Refere ainda após ter encontrado a data, que o Conselho Municipal de Educação reuniu a 23 de julho e a comissão restrita reúne mais vezes.
478. O **Membro Ricardo Videira** questiona se esse Conselho Municipal de Educação de 23 de julho serviu para concluir o ano letivo do 3.º período ou para dar o arranque ao ano letivo seguinte.
479. O **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta, informa que foi o arranque. Em julho foi mesmo para preparar o arranque. Foi garantidamente, porque é o que fazem nesta altura do ano. É a projeção do próximo ano e não só. No Agrupamento de Escolas existem parceiros privados que fazem parte do conselho, como a Escola D. Carlos I, como a Inovinter e outros parceiros de formação que não tem um calendário letivo como aquele que é o conhecido no sistema de ensino público. No entanto, têm essa reunião sempre de avaliação e preparação.
480. Agora em Janeiro fazem a avaliação do trimestre anterior e depois a seguir às férias, julga da páscoa, fazem a avaliação do período letivo anterior e fazem sempre essas reuniões de acordo com o que está determinado.
481. O **Membro Ricardo Videira** não concorda, o regulamento do Conselho Municipal de Educação diz e passa a citar no artigo 17º “periodicidade e local de natureza das reuniões o conselho reúne ordinariamente no início do ano letivo e no final de cada período escolar”.
482. Não é trimestral, é no final de cada período escolar, “extraordinariamente sempre que convocados pelo senhor Presidente ou a pedido de dois terços dos membros”. Portanto, não tem a ver com trimestre.
483. Tem a ver com o período escolar que está determinado, é isto portanto. Se o período escolar ou se o ano letivo ainda não tinha terminado, a pergunta que fez foi se reuniu a preparar o novo ano letivo. O que disse foi que reuniu a 23 de julho do ano letivo anterior. Se não está em erro, o ano letivo termina no final de julho.

484. O **Presidente da Câmara Municipal** pedindo imensa desculpa, questiona onde é que o Membro Ricardo Videira quer chegar com a questão, de modo a perceber qual é o objetivo.
485. Se é saber a data da reunião, se é detetar alguma falha de convocatória, ou algum assunto que se possa ter debatido no conselho e não saibam.
486. O **Membro Ricardo Videira** realça o facto de que normalmente as Assembleias Municipais servem para a Assembleia questionar o senhor Presidente. Independentemente disso, num espírito democrático aceita o repto de lhe dizer o porquê das perguntas que lhe foram feitas.
487. A educação é uma área que presam muito e sobre a qual se preocupam, e a preparação do ano letivo é importante também, ainda para mais, dadas as condições das infraestruturas que existem neste momento no Município.
488. No caso do ensino primário, existia uma escola nova, preparada para a entrada em funcionamento que foi inaugurada este ano. Temos o ensino básico e o ensino secundário com escolas significativamente degradadas. Temos segundo a argumentação e a moção que acabaram de aprovar, falta de funcionários, auxiliares de ação educativa. Existem várias vicissitudes que envolve a preparação e para as quais é importante o envolvimento da comunidade educativa.
489. A preocupação é se enquanto Presidente da Câmara Municipal se está a convocar, e se está munido dessas informações e foi essa pergunta, foi nesse sentido a pergunta que fizeram. O senhor Presidente respondeu que a reunião de preparação do ano letivo que começou em setembro foi feita no dia 23 de julho.
490. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

491. Neste período não se registou qualquer intervenção do público presente na sessão.
492. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 1 horas e 37 minutos do dia 24 de novembro de 2018.

A Presidente da Assembleia: 

A 2.ª Secretária: 

Anexos

Moção

Em defesa dos serviços dos CTT prestados às Populações do Concelho de Vendas Novas, ao País e aos Portugueses.

O Rei D. Manuel I em 1520 criou o primeiro serviço de correio público em Portugal. No entanto é só a partir do século XIX que este serviço se expande e generaliza.

Em 2011, o Governo PSD/CDS, Passos Coelho+Paulo Portas, vendeu (privatizou) parcialmente a empresa dos CTT, e totalmente em 2014, pelo valor de 900 milhões de euros, afirmando que quem comprou a empresa dos CTT iria fazer uma melhor gestão e prestar um serviço de melhor qualidade às populações. É bom recordar a expressão do Ministro da Economia dessa época que afirmou que estávamos perante “um enorme êxito”!

A partir dessa data começamos a assistir à degradação e encarecimento dos serviços, aos sucessivos atrasos na distribuição, à transformação dos nossos CTT em mais um Banco, transformando-se a actividade bancária dos CTT na actividade principal da empresa em desfavor do serviço postal.

Alegava-se que o serviço postal estava em queda, que as pessoas graças às novas tecnologias já não usavam o Correio, e assistíamos à entrada de outros operadores privados de distribuição postal, quer de encomendas, de folhetos promocionais de supermercados e afins, etc., contradizendo o argumento da queda do serviço postal.

Seguidamente passou-se para a fase de despedimento de trabalhadores, recurso a mão-de-obra de empresas de trabalho temporário e outsourcing ou seja, recurso a empresas exteriores para desenvolverem parte da sua actividade, quer sejam lojas, associações ou autarquias. Também aqui se lembra que em 2013 o presidente do conselho de administração dos CTT já dizia cheio de orgulho que “os CTT estão a terminar o processo de reorganização da rede dos correios, que representa o fecho de 124 estações e a abertura de 78 postos de correio”! Para quem tinha ficado com a responsabilidade de manter e melhorar serviço de proximidade dos correios não está mal!

Mais recentemente somos confrontados já não com o encerramento de estações de correio em lugares isolados, mas sim em sedes de concelho, como aconteceu no nosso distrito em Mora, Viana do Alentejo, Redondo, Portel e Arraiolos.

O escândalo já vai tão longe, por isso “a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) admitiu exigir a revogação da concessão do serviço postal nacional, porque a empresa “não está a cumprir” as suas obrigações ao encerrar estações de correios em sedes de concelho”.

Assim, a Assembleia Municipal de Vendas Novas reunida em 23 de novembro de 2018 delibera:

1. Recusar qualquer tentativa de encerramento da estação de correios de Vendas Novas e repudia a transferência dos seus serviços para as autarquias do Concelho;
2. Apelar à participação das populações em defesa do importante serviço público que a estação dos CTT de Vendas Novas presta ao desenvolvimento e progresso do concelho;
3. Recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas para fazer as todas as diligências indispensáveis para defender de forma firme e intransigente a manutenção da estação dos CTT em Vendas Novas;
4. **Pedir encarecidamente a intervenção empenhada em especial dos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Presidentes dos Grupos Parlamentares (PS, PSD, PCP, BE, CDS/PP, VERDES e PAN) da Assembleia da República para ajudarem a impedir o encerramento de mais balcões e estações dos CTT a nível nacional, em especial nas sedes dos 308 Concelhos do País, e para que sejam reabertas todas as estações dos CTT que foram encerradas, porque os serviços prestados pelos balcões e estações dos CTT são importantes para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal e para o bem-estar social e humano dos Portugueses/populações.**

A bancada da CDU, 23 de novembro de 2018

Solicita-se o envio desta Moção às estações locais, regionais e nacionais de rádio e televisão e publicação nos jornais locais e regionais nacionais.

RECOMENDAÇÃO

Comparticipação Financeira das Famílias para Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) no Município de Vendas Novas

O Programa prosseguido pelas Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) reúne as componentes educativa e socioeducativa de apoio à família, num conjunto de medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar e combater a exclusão e o abandono escolar precoce. Constituem assim uma resposta social às crianças e às famílias no sentido da generalização do conceito de escola a tempo inteiro.

Conforme as disposições legais em vigor, na reunião da Câmara Municipal de 22/08/2018 foram aprovados os valores a participar pelas famílias no âmbito das AAAF para ano letivo 2018/2019.

Em resultado e, não obstante, ter tido lugar uma revisão posterior à suprarreferida deliberação da Câmara Municipal, aos intervalos da mensalidade do 1º e do 6º escalão, verifica-se que na generalidade os valores da Participação Financeira das Famílias para as AAAF, continuam a evidenciar um aumento significativo dos montantes mensais incidentes sobre as famílias, conforme consta da tabela que a seguir se exhibe:

Escalões	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Valor per capita	Até 30% da RMM	De 30% a 50% da RMM	De 50% a 70% da RMM	De 70% a 100% da RMM	De 100% a 150% da RMM	Mais de 150% da RMM
Mensalidade 2017/2018	6,00 €	12,00 €	18,00 €	24,00 €	30,00 €	37,50 €
Mensalidade 2018/2019	De 5,00€ a 8,70€	De 8,71€ a 17,40€	De 17,41€ a 28,40€	De 28,40€ a 46,40€	De 46,40€ a 78,30€	De 78,31€ a 85,00€

Tabela – Comparativo dos valores da participação familiar para as AAAF no ano letivo 2017/2018 com o ano letivo 2018/2019

Assim, considerando-se que:

1. No cenário socioeconómico local existem situações de carência económica, sendo importante implementar medidas que ajudem no equilíbrio orçamental das famílias;

2. As AAAF são um apoio fundamental do qual beneficiam mais de uma centena de famílias vendasnovenses;
3. O decréscimo da população do concelho deve ser combatido através de políticas que fomentem a natalidade, minimizando o ónus financeiro das famílias;
4. O incentivo à fixação de novos residentes passa também por proporcionar mais e melhores serviços Municipais, designadamente na área da educação e apoio escolar, sendo desejável que as AAAF ajudem a promover e desenvolver as aptidões das crianças vendasnovenses para que mais tarde possam estar mais aptas para competir no cenário global em que serão inseridas e em igualdade de oportunidades com as dos demais concelhos do País.

Assim, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 23/11/2018 no Fórum Cultural a Praça, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas:

1. A revisão dos valores das mensalidades cobradas às famílias vendasnovenses que usufruem das AAAF, estabelecendo como limite máximo de cada escalão o mesmo valor fixado em 2014, acrescido da taxa de inflação acumulada nos 4 anos subsequentes;
2. A melhoria e a diversificação do serviço de AAAF proporcionado às crianças e famílias vendasnovenses dinamizando atividades que fomentem o desenvolvimento das respetivas aptidões (ex.: Educação Musical, Educação Física, Educação Visual e uma língua estrangeira, designadamente o Inglês, etc).

Vendas Novas, 23 de novembro de 2018

Pela Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Moção

Contra o encerramento de serviços no Agrupamento de Escolas de Vendas Novas

Face aos factos conhecidos recentemente de encerramento de um dos refeitórios e papelaria do Agrupamento de Escolas de Vendas Novas e considerando que se mantém a falta de professores e auxiliares para fazerem o acompanhamento de estudantes com necessidades educativas especiais, cerca de 120, a falta de auxiliares nas escolas, que deveriam ser 100 e só há 50 e a degradação acentuada das instalações da Escola Básica nº 1 de Vendas Novas, com edifícios em que chove no seu interior, paredes com fissuras, coberturas com amianto, etc, considera esta Assembleia Municipal, reunida em 23 de Novembro de 2018 que nada justifica:

- que num refeitório com capacidade para 176 alunos, sejam obrigados a comer 350 num período de duas horas.
- que estes alunos tenham que comer à pressa para dar lugar aos outros, havendo um outro refeitório encerrado.
- que muitos alunos que anteriormente comiam na escola, sejam agora obrigados a ir comer a casa, à pressa.
- que muitos alunos tenham que comer nos estabelecimentos comerciais circundantes.
- que se ensine aos alunos regras básicas de uma alimentação correcta e depois os levem a praticar o contrário do que lhes foi ministrado.
- optar por medidas economicistas em vez do bem-estar da comunidade educativa.
- que uma medida desta gravidade não tenha sido transmitida na reunião do Conselho Municipal de Educação.

Por todas estas razões e também porque se considera que o actual governo devia reforçar o investimento nas escolas do concelho tanto ao nível das urgentes obras de requalificação, contratação de mais professores e auxiliares e manutenção dos serviços existentes, manifesta esta Assembleia o seu veemente repúdio conta os factos acima referidos, lembrando que não basta dizer que as nossas crianças e jovens merecem o melhor, é preciso praticá-lo, e exige a reabertura do refeitório e papelaria encerrados.

A bancada da CDU, 23 de Novembro de 2018

Solicita-se o envio desta Moção aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, estações locais, regionais e nacionais de rádio e televisão e publicação nos jornais locais e regionais nacionais.